

Aprovada na 1045ª sessão

ALADI/CR/Ata 1040  
3 de junho de 2009  
Horário: 10h às 13h15m

### ATA DA 1040ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Despedida do Representante Alternativo do Equador, Ministro Vladimir Jarrín.
3. Assuntos em Pauta.
4. Consideração da data para a Reunião de Ministros das Áreas Sociais.
5. Consideração da reestrutura dos Grupos de Trabalho.
6. Consideração da data de convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência.
7. Apresentação da reestruturação da Secretaria-Geral. (Postergado)
8. Relatório do Presidente interino da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2938). (Postergado)
  - Utilização do Fundo de Capital de Trabalho - “Capacitação em Negociações Internacionais: aspectos teóricos e práticos (ALADI/CR/PA 113).
  - Utilização do Fundo de Capital de Trabalho - “Despesas de posse e afastamento de cargos” (ALADI/CR/PA 114).

9. Assuntos diversos.

- Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas.
- O Secretário-Geral informa ao Comitê que apresentará aos membros do Conselho de Ministros a renúncia de seu cargo.

---

Preside:

SALVADOR RIC RIERA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina); Salvador Ric Riera (Bolívia); Regis Percy Arslanian, Liliam Beatrís Chagas de Moura, Clélio Nivaldo Crippa Filho e Luis Guilherme Parga Cintra (Brasil); Eduardo Araya Alemparte, Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Cielo González Villa (Colômbia); Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo, Vladimir Jarrín e Andrés Terán Parral (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodriguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre, Ricardo B. Romero Magni e Jessica Pásara Caycho (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai); Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: Bernardino Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

---

PRESIDENTE. Bom dia. Iniciamos a 1040ª sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Coloca-se à consideração a Ordem do Dia. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Para solicitar que, em Assuntos Diversos, seja incluído o Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Financiamento do Comércio. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. A Representação de Cuba solicita a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Em relação ao ponto 5, sobre a reestrutura dos Grupos de Trabalho. Pensamos que, a partir do mandado da Resolução 69 (XV) e do que havíamos discutido na Reunião de Chefes de Representação, não deveríamos incluir neste ponto a constituição do Grupo de Trabalho para a Dimensão Social, porque a consideração seria a partir da apresentação que a Secretaria faz hoje de uma proposta, como acordamos na reunião de quarta-feira passada.

Então, proponho considerar a constituição do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social e a consideração ou a apresentação da reestrutura dos Grupos de Trabalho, porque devemos receber hoje a proposta de unificação ou reestruturação dos mesmos.

PRESIDENTE. Não havendo oposição. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado. Não sei se a Argentina quer falar sobre o tema, porque eu falarei sobre outra questão.

PRESIDENTE. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Obrigado, Chile, eu concordo com a Representação de Cuba, mas vou além, penso que hoje a única coisa que poderemos fazer é escutar a proposta da Secretaria. Tenho um documento que foi distribuído ontem à tarde, não acredito que estejamos em condições de analisar estes documentos, então penso que está ótimo o proposto por Cuba em relação à Ordem do Dia. Obrigado.

PRESIDENTE. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido do Embaixador do Paraguai, gostaria de informar, em Assuntos diversos, sobre o Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Chile. O Secretário-Geral, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, nós enviamos ontem às Representações esta Reestruturação, porque isso havia sido solicitado na Reunião de Chefes, no entanto, obviamente não temos nenhum problema de que o Comitê considere o assunto no momento que decidir. Nós simplesmente nos permitimos adiantar uma proposta porque foi encomendado à Secretaria ver como diminuir os Grupos de Trabalho.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário. Cuba novamente tem a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada. Somente para esclarecer, porque há alguns matizes: nossa proposta é que o ponto seja a constituição do Grupo de Trabalho para a Dimensão Social, e o outro seja somente a apresentação, tal qual o senhor está apresentando, Secretário, não é a análise, é a apresentação. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Eu proporia simplesmente o seguinte item na agenda: Criação do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social, não há necessidade de pôr na agenda a apresentação da Secretaria, a análise da

Secretaria ou a proposta da Secretaria. Então, deixaria simplesmente: Criação de um Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador do Brasil. Alguém mais quer solicitar a palavra?

Obrigado, continuaríamos com a Ordem do Dia.

2. Despedida do Representante Alternado do Equador, Ministro Vladimir Jarrín

...Palavras de despedida da Ministra Dora Rodríguez, em nome dos Representantes Alternos.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, senhor Presidente.

Senhor Representante Alternado do Equador, caro colega e amigo.

Prezado Vladimir, como vê, distinguiram-me com a tarefa de dirigir-lhe algumas palavras em nome dos Alternos, apesar de eu ter advertido a Secretaria sobre meu curto período nesta posição, ao menos nesta terceira ocasião. Então, sinto-me muito honrada com este privilégio e, apesar de não haver tido ocasião de dialogar com meus colegas sobre as palavras que pronunciarei nesta ocasião, acredito interpretar os sentimentos de todos nós.

Primeiro, os sentimentos que sua pessoa nos inspira: respeito por sua dedicação, disciplina e profissionalismo, defendendo os interesses de seu país, mas sempre buscando a conciliação, porque, no final das contas, todos nós perseguimos o mesmo objetivo.

Em segundo lugar: amizade, por sua generosidade, simplicidade, bonomia; e eu poderia continuar acrescentando sentimentos inspirados em seus atributos, mas, dentre eles, gostaria de destacar a admiração por sua fortaleza, energia, em suma, a sua forma de sobrepor-se e superar a adversidade, a seu amor pela vida e a convicção pelo que faz.

Vladimir, foi um prazer conhecê-lo e trabalhar junto com você. Desejamos sucesso em suas novas funções e, sobretudo, ventura e felicidade junto com Yolanda e seus filhos. Até logo! Muito obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. O senhor Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Caros amigos, hoje nos reencontramos para despedir-nos, nesta Sessão, de um grande amigo de nossa Casa, o Ministro Vladimir Jarrín, funcionário de carreira do serviço exterior equatoriano que nos acompanhou desde 2006 e que sempre soube apresentar, com firmeza, diria com muita firmeza e clareza, os interesses de seu país e dos países de menor desenvolvimento no âmbito da integração latino-americana, ao mesmo tempo em que soube imprimir, com sua participação, um espírito integracionista e conciliador, mencionado por Dorita e reconhecido e destacado por todos nós, que tivemos a honra de compartilhar com ele os trabalhos da ALADI.

Menciono especialmente a proatividade e a capacidade demonstradas por Vladimir durante os trabalhos preparatórios da Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, particularmente o papel que os PMDERs terão a partir de agora na implementação das tarefas que foram solicitadas.

Não posso deixar de mencionar e reconhecer a dedicação de Vladimir ao longo de sua participação nas tarefas da Associação, mesmo com os obstáculos e quebrantos que muitas vezes surgem em nosso caminho, sempre soube dar o melhor de si, constituindo-se efetivamente em um exemplo de inteireza, valentia para enfrentar a vida, com esse amor à vida mencionado por Dorita, que é um exemplo para todos nós.

Vladimir, nossa vida faz com que nos encontremos e reencontremos seguidamente às vezes. Tenho um grande afeto por seu país, o tempo que passei no Equador foi, para mim, uma etapa importantíssima de minha vida, e tenho certeza que voltaremos a nos encontrar em seu país, ou talvez em qualquer outro destino. Enquanto isso, nesta Casa, na ALADI, deixa um vazio que será difícil de ser preenchido por seu sucessor. Reconhecemos também nele capacidades dessa grande diplomacia equatoriana que temos certeza de que tentará emular, enquanto isso nos deixará com o sabor amargo de que você tenha ido e sentiremos sua falta quando estivermos tratando os temas que hoje positivamente vemos para o futuro da ALADI. Que tenha muito sucesso em suas novas funções!

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral.

Queridos amigos, trata-se da despedida do Representante Alternado do Equador, Ministro Vladimir Jarrín, que retorna a seu país após haver contribuído de forma efetiva e haver demonstrado suas qualidades e virtudes pessoais, bem como seu brilhante trabalho profissional neste fórum integracionista a serviço de seu país, mas também contribuindo com a ALADI em todo este processo pelo qual nossa integração regional atravessa, sempre promovendo uma maior e melhor participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Felicidades pelo trabalho cumprido, Vladimir, e meu augúrio de um bom retorno a sua pátria, para continuar, com certeza, com o trabalho que o senhor sabe desempenhar nos fóruns internacionais, especialmente no âmbito da integração.

Tem a palavra o Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Quero unir-me a este momento de despedida com umas poucas palavras, para dizer-lhes que tive a sorte e o privilégio de acompanhá-lo durante 23 meses e quero deixar constância publicamente que o Ministro Vladimir Jarrín é um ser humano de muito ampla e profunda cultura, comprometido com as melhores causas do Equador, América Latina e Caribe, ALADI e humanidade.

Um profissional excelente, extremamente responsável, eu diria demasiado, porque coloca a responsabilidade acima de sua vida, mas a vida deve ser cuidada para outras tarefas também importantes do futuro. Comprometido com os problemas da integração e com os problemas econômicos e comerciais da ALADI e suas soluções a favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo e de um comércio justo entre todos.

Estou convencido de que a ALADI e a nova integração que o Equador, a nova América Latina e o Caribe tanto necessitam não perdeu o Ministro Jarrín; pois do Equador, de um espaço muito importante onde irá trabalhar, ele fará esse trabalho incansavelmente até os limites de sua força, como sempre o faz, e impulsionará as transformações necessárias que nossos povos sonham para a América Latina e a ALADI. Saúde, coragem, realização plena e felicidade são nossos maiores desejos, Vladimir Jarrín. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. Tem a palavra o senhor Ministro Jarrín.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, senhores Representantes Permanentes, senhor Secretário-Geral, Representantes Alternos, colegas, diplomatas, funcionários, Diretores, Subsecretários da Secretaria-Geral, amigas e amigos:

Penso que todos os que estão aqui presentes sabem que devido a essa profissão devemos deixar amigos e países, e retornar às sempre queridas paisagens da terra natal.

Nossa estadia no exterior se mede por períodos curtos ou longos, mas penso que a duração é marcada pela intensidade das tarefas que realizamos. Nesta oportunidade, correspondeu-me ser parte de um processo regional que tem como objetivos o avanço e o aprofundamento da integração. As difíceis negociações realizadas nos últimos anos são uma clara demonstração de que a integração regional e a ALADI se encontram em meio de uma complexa situação, devido, entre muitas outras razões, a que nos empenhamos em construir nossa Associação no âmbito das normas vigentes do comércio mundial que demonstraram ser uma séria e importante limitação para o desenvolvimento de nossos povos, normas geradas pelo profundo descontentamento de quase todos os países aqui presentes, de um número importante de países em desenvolvimento, especialmente dos mais pobres, devido a que essa ordem econômica é excludente e impositiva, garantindo os benefícios do comércio dos países economicamente mais poderosos, deixando de lado a cooperação, não considerando a situação dos países mais pobres e com menor capacidade produtiva, em resumo, tendendo a manter e aprofundar as diferenças de desenvolvimento entre os pobres.

Continuar neste processo significa reproduzir no âmbito regional e comercial as políticas econômicas que no fim dos anos 80 do século passado ocasionaram a atual crise econômica do sistema capitalista.

Outro dos motivos que se encontra é a dificuldade em alcançar compromissos regionais; em seu lugar se priorizou o bilateralismo que reproduz as normas dessa ordem do comércio internacional injusto.

O bilaterismo, embora tenha permitido que o comércio entre os países da Associação crescesse, não conseguiu que a participação da região no comércio internacional aumentasse, ao contrário, diminuiu, de acordo com os relatórios entregues pela Secretaria-Geral.

Neste processo, no entanto, podem ser constatados avanços importantes: foram dados passos firmes na criação de um novo espaço de integração e desenvolvimento. Neste período, foi impulsionada a participação dos pequenos e médios empresários, dos trabalhadores, de cientistas e técnicos a fim de que se convertessem em atores ativos do processo de integração.

Foi realizada a Primeira Reunião de Responsáveis das Políticas Sociais de nossos governos, importantíssimo avanço para compreender e impulsionar a coesão social na região.

Continuou-se com as tarefas tendentes a reduzir as assimetrias. A preocupação por esta complexa situação do processo de integração é de todos os países-membros que compartilham a necessidade de aprofundar e avançar no processo de integração. Tenho a

certeza de que é uma oportunidade de mudanças que será aproveitada em ocasião da Conferência de Avaliação e Convergência, que se converterá no fórum de reflexão e avaliação do processo de integração, e que também tem o difícil papel de assinalar possíveis rumos futuros da integração regional.

O Equador, em sua política internacional, reconheceu e reconhece que a integração não se realiza unicamente através do processo de desgravação tarifária, a integração é um processo que se realiza mediante a cooperação, a complementação produtiva, o respeito das políticas nacionais, o melhoramento do bem-estar dos povos, dos países-membros e, para alcançar claros objetivos, é necessário avançar em distintas oportunidades, reduzir as assimetrias e assegurar um acesso real e efetivo aos mercados regionais, em especial para os produtos dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

A Conferência de Avaliação e Convergência deverá estabelecer as bases para dar lugar a um processo integrador que tenha em seu horizonte a independência econômica da região. Não é possível que continuemos apoiando e reanimando políticas econômicas que nos conduziram à maior crise econômica do sistema. O processo deverá ser parte de um projeto latino-americano e caribenho que dote a região de uma arquitetura econômica regional, com independência financeira, comercial, monetária, sustentada na cooperação, complementação e redução das assimetrias.

A história do continente nos demonstra que a região lutou pela unidade e pela independência. Estou convencido de que esses grandes objetivos estão cada vez mais próximos, as manifestações dos povos nas urnas e nas ruas exigem que ajamos de acordo na construção do processo de integração.

Amigas e amigos, minha estadia no Uruguai esteve marcada pelos desafios impostos pela saúde, não tenho palavras para agradecer toda a solidariedade dos Representantes Permanentes, de meus colegas, do pessoal e de funcionários da Secretaria-Geral, que além de sua permanente preocupação por meu estado de saúde, mais de um fez parte do grupo de doadores que possibilitou minha recuperação, por tais motivos, simplesmente quero agradecer. Recebi, como todos os senhores, o abrigo amistoso do abraço e da cordialidade que o povo uruguaio concede a todos seus visitantes, que, em condições normais, contribui para nosso bem-estar. Em meu caso, recebi sua solidariedade e amizade e, através do senhor Embaixador Gonzalo Rodríguez Gigena, quero expressar meu agradecimento ao Uruguai, a suas autoridades, médicos e seu povo.

Quero também expressar meu agradecimento ao Embaixador Edmundo Vera por toda a confiança depositada em mim, e a todos meus colegas de Representação e Embaixada, muito obrigado a todos os senhores.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado por suas palavras, Ministro Jarrín. Convidamos o senhor a receber a bandeja de sua gestão junto ao Comitê de Representantes.

- O Presidente do Comitê e o Secretário-Geral entregam a bandeja.

Agora convidamos os Representantes Alternos para o registro fotográfico com o Ministro Jarrín.

Passamos ao ponto 3.

### 3. Assuntos em Pauta

... Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Prezados amigos e amigas, antes de entrar em Assuntos em Pauta, gostaria de fazer um comentário a respeito da Resolução de solidariedade com os países afetados com o vírus da Gripe AH1N1, que emitimos há uns dias, 20 de maio. Ontem soubemos que o Chile teve a primeira morte, e todos nossos países estão afetados de forma crescente, é algo que devemos ter presente e, como nunca, a solidariedade entre nossos países obviamente se impõe e foi muito oportuno que a ALADI se pronunciasse a esse respeito.

Também gostaria de mencionar, com muita tristeza, o desaparecimento do avião da Air France, que enluta muitas famílias latino-americanas e também europeias. O falecimento recente do Cônsul da Espanha, são todas questões tristes que afetam nossa família. Mas estamos em um dia esplendoroso com uma agenda positiva, somente os convido para refletir que enquanto nós estamos aqui reunidos, tentando construir, o mundo continua andando e acontecem muitas coisas desagradáveis que afortunadamente não chegam a nós, mas que temos que ter presentes e seguir trabalhando para construir um futuro melhor para nossas Nações.

Neste aspecto, quero mencionar um fato muito positivo de assuntos em pauta. Como é tradição na Secretaria, anuncio que a Argentina realizou uma importantíssima contribuição pagando sua contribuição do ano corrente, mais de US\$ 800.000.- para sermos precisos US\$ 836.694, correspondente à quota do ano em curso, unindo-se, assim, a outros países que neste ano já cumpriram com a obrigação anual, e convidamos os demais países a emular os que já conseguiram ficar ao dia com suas quotas. Isto se soma, Embaixador Olima, à importante contribuição feita no ano passado, sabemos que nestes momentos de crise isto não é fácil, por isso reiteramos nosso agradecimento pela contribuição feita este ano com respeito aos anos atrasados e novamente sobre a quota do ano em curso, então, muito obrigado.

É importante destacar, entre os temas em pauta, o Relatório que o Presidente interino da Comissão de Orçamento por Programas fará nesta sessão sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos e alguns temas que serão colocados à consideração do Comitê. Esses são os temas mais importantes. Obrigado.

"1. Representação Permanente do Equador. Nota Nº 49, de 25/05/2009.

Comunica cese de missão do senhor Ministro-Conselho Vladimir Jarrín, Representante Alterno. Informa, ainda, a designação do senhor Ministro Andrés Terán Parral como Representante Alterno a partir de 1º de junho de 2009.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 86, de 28/05/2009.

Comunica cese de funções da Primeira-Secretária Liliam Beatris Chagas de Moura, que partirá definitivamente do país em 10 de julho de 2009.

3. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 33, de 20/05/2009.

Adjunta cópia da nota enviada à Embaixada do Panamá com relação à lista de abertura de mercados em favor do Paraguai no âmbito de sua adesão ao Tratado de Montevideu 1980.

4. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 297/09, de 12/05/09.

Envia documento elaborado com "Proposta de desenvolvimento de Programa de Inovação, Ciência e Tecnologia no âmbito da ALADI"

Publicado como Documento ALADI/CR/di 2926.

5. Ministério das Relações Exteriores da Bolívia. Nota N° VCEI 2633, de 26/05/2009.

Comunica que a Bolívia cumpriu com todos os requisitos necessários para a implementação do Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Regional No. 1 e solicita à Secretaria que considere esta nota como comunicação oficial.

Publicado como documento ALADI/CR/di

6. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Argentina: Transferência bancária na quantia de US\$ 836.694 -

7. Convites recebidos:

Ministério de Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural. Nota N° VCIE 775, de 22/05/2009. Convida o Secretário-Geral a participar da oficina "Pólo Produtivo no Departamento de Tarija para um desenvolvimento sustentável", que será realizada na cidade de Tarija, em 15 de junho de 2009.

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONU/DI). Nota de 18/05/2009. Comunica que o ato de abertura do 36° Período de Sessões da Junta de Desenvolvimento Industrial será realizado em Viena, 23 de junho de 2009.

Organização Mundial de Aduanas (OMA). Nota de 08/05/2009. Comunica que as 113a. e 114a. sessões do Conselho de Cooperação Aduaneira serão realizadas em Bruxelas, de 25 a 27 de junho de 2009.

Centro Nacional de Investigações Científicas (CNIC) Nota de 25/05/2009. Convida para participar do XV Congresso Científico Internacional CNIC 2010, que será realizado em La Habana, de 18 de junho a 1º de julho de 2009.

Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Nota N° SP-09/692-130, de 25/05/2009. Convida o Secretário-Geral para participar da Reunião Regional sobre Cooperação Monetária e Financeira para impulsionar a integração na América Latina e Caribe, que será realizada em Caracas, 29 e 30 de julho 2009.

Universidade de Zulia da Venezuela. Nota N° DRI 321, de 25/05/2009. Convida o Secretário-Geral para participar como expositor no Festival Internacional LUZ 2009, Integração e Cooperação da América Latina e Caribe, que será realizado no dia 5 de novembro de 2009."

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral. De todas as maneiras, a Presidência reitera a contribuição recebida pela Argentina na quantia de US\$ 836.694. Seguimos com a Ordem do Dia, passamos ao ponto 4.

#### 4. Consideração da data para a Reunião de Ministros das Áreas Sociais

Na Reunião de Chefes de Representação, foram propostas as seguintes datas para serem consultadas nas Capitais: 30 de junho, Reunião Preparatória, e 31 de julho, Reunião de Ministros. Em princípio, ainda, acordou-se que as mencionadas datas ficarão aprovadas

com uma maioria de 8 países-membros. Cede-se a palavra aos Representantes, caso tenham recebido respostas em relação as datas mencionadas.

Entende-se que a questão das datas continua pendente.

Seguindo a Ordem do Dia, consideramos o ponto 5.

5. Consideração da reestruturação dos Grupos de Trabalho

... Por sugestão de Cuba, apoiada por outros países, passaríamos ao próximo ponto, postergando este tema e a criação do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social. À consideração.

A Secretaria-Geral tem o projeto e o distribuirá para sua consideração posterior.

Seguindo a Ordem do dia, passamos ao ponto 6.

6. Consideração da data de convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência

... São sugeridas como datas de consulta 28 e 29 de setembro ou 1º e 2 de outubro. Acordou-se, ainda, que os Representantes Alternos se reunirão para organizar a mencionada convocatória.

Oferecemos a palavra ao Coordenador da Reunião de Alternos, Ministro Daniel Raimondi, para que apresente o relatório correspondente à reunião realizada no dia 1º de junho. Acordou-se continuar com as mencionadas reuniões todas as segundas à tarde. Tem a palavra o Ministro Raimondi.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Efetivamente tivemos uma primeira reunião de Representantes Alternos na segunda-feira à tarde. Nessa oportunidade, deu-se uma troca de opiniões entre as Representações sobre qual é a melhor forma de encarar a preparação da Conferência, como contribuir da melhor maneira para que a mesma seja exitosa e também trocaram informações sobre como poderia ser o melhor formato para levar adiante esta Conferência.

Devo dizer que este foi um primeiro encontro onde ainda não foram alcançadas conclusões, existem várias alternativas que estão à consideração, mas coincidimos em solicitar à Secretaria a preparação de alguns documentos que poderiam servir de insumos para esta Conferência.

Entre esses, um documento que descreva os antecedentes de atuação deste órgão da Conferência de Avaliação e Convergência, que se reuniu em 8 oportunidades durante a década de 80, sendo que nas 8 oportunidades em caráter extraordinário e para tratar temas bem específicos relativos a preferências, basicamente. Outro documento que resenhe o estado de negociação dos principais temas, serão Normas e Disciplinas que são trabalhadas na Associação, um documento que tente apresentar uma avaliação dos resultados alcançados na integração regional na Associação, outro com este mesmo enfoque, mas mais específico, centrado no ponto de vista dos países de menor desenvolvimento econômico relativo e um último que consistiria em uma proposta de regulamento para a atuação da Conferência, porque hoje em dia não existe tal instrumento, como disse antes, nas vezes em que se reuniu foi em caráter extraordinário e houve um regulamento ad hoc para cada ocasião, então necessitamos que a área jurídica da Secretaria nos proponha um Regulamento que poderia ser adotado em caráter definitivo para o funcionamento da Conferência em seu próximo encontro e no futuro também.

Como o senhor assinalou, Presidente, ficamos em nos reunir semanalmente, nas segundas à tarde, e penso que é isso o que se pode adiantar do que foi realizado no âmbito de Alternos por solicitação dos Chefes de Representação. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Argentina. Coloca-se à consideração o tema. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Uma sugestão, uma reflexão muito breve. Em relação ao Regulamento, penso que seria mais conveniente que fosse feito um regulamento específico para esse evento, porque um regulamento está a serviço de determinada finalidade e esse regulamento, se permanente, poderia ser uma camisa de força para outro evento. Penso que deve haver concordância entre o que se propõe e o regulamento do funcionamento, então eu o limitaria para esse evento, sem que seja algo permanente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Um ponto mencionado pelo Representante Alternativo da Argentina. O importante é que tenhamos claro como vamos dar seguimento à preparação da Conferência, temos um mandado dos Ministros, na verdade temos duas Resoluções, uma sobre as Diretrizes em Acesso a Mercado de Bens e outra sobre os Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência. A ideia é como trabalhar até a Conferência para sua preparação. Não acredito que nos dois ou três dias que, talvez, já que foram propostos os 28 e 29 ou 1º e 2, nossos Altos Funcionários ou quem vier à Conferência poderão preparar e decidir tomar decisões para dar cumprimento a esses dois mandados que foram dados pelos Ministros.

Então, acredito que a preparação da Conferência é importante e não temos muito tempo, já estamos em junho, se a ideia é fazer a Conferência em setembro, temos que, como se diz, “arregaçar as mangas” e começar a trabalhar de uma maneira específica, de uma maneira técnica para a preparação da Conferência.

Pergunto: se agora temos uma Resolução sobre Acesso a Mercados de Bens, temos uma Resolução sobre Insumos em termos de dimensão social, já há uma decisão, pelo menos um acordo, senhor Presidente, de criar um Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social, penso que deveríamos pedir aos Grupos de Trabalho que nos apresentem uma proposta de implementação das Resoluções, a implementação dos mandados dos Ministros.

Penso que se é para manter em Alternos, melhor passarmos ao Comitê de uma vez, acredito que é o momento, e temos que pedir aos dois Grupos específicos, quais sejam, Grupo de Acesso a Mercado de Bens, que tem relação com a Resolução sobre Diretrizes, e ao novo Grupo sobre a Dimensão Social, que terá relação com os Insumos encarregados pelos Ministros à Conferência, para começar a nos apresentar uma proposta concreta, de linhas de ação, de cumprimento e de acompanhamento dos mandados dos Ministros, sugeriria que em vez de seguir trabalhando em Alternos, por certo não houve um mandado, foram os Chefes que pediram, não houve um mandado do Comitê para que os Alternos continuassem trabalhando, penso que devemos trabalhar, Presidente, temos somente três meses, dois meses e meio e devemos ir, como se diz em inglês, ao *specific*, às coisas específicas, às coisas concretas para ter resultados também concretos para a Conferência, é minha proposta, por favor. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. Alguém mais quer fazer uso da palavra? O Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Penso que nós temos dois objetivos: há uma meta de implementação das medidas da reunião de Ministros e há aí alguns temas concretos, mas o tema principal da Conferência de Avaliação e Convergência é o contrário de concreto, ou o primeiro se não dizemos o principal, mas para algumas Representações é o principal.

Em ordem, o primeiro tema é reflexão, e a reflexão no espírito mais amplo quase nunca é concreta, então, há expectativa de repensar onde nos encontramos, o que avançou, no que trabalhar, como aperfeiçoar a ALADI ou se seus resultados são excelentes, seguir pelo mesmo caminho. Essa parte da Conferência, é de muita importância e não pode ser adiada, e simultaneamente poderiam ser implementadas as outras medidas, embora o correto fosse, depois da reflexão, ver quais mudanças vão ser produzidas, mas, em todo caso, não condicionemos que as medidas aprovadas continuem sendo implementadas.

O tema medular nesta época de crise do mundo e da América Latina é a reflexão. Não é possível, nem em um ou em dois dias, digamos, resolver os problemas, é possível tão somente apresentar os problemas e as visões do que se quer e por isso é que nós ainda não aprovamos como será a Conferência, no que tenho entendido há um consenso de que a Conferência não pode ser reduzida a uma data, mas não aprovamos, opinamos, mas muitos opinaram em um critério de que uma primeira fase da Conferência desses de 1 ou 2 dias é tão somente para que as pessoas do mais Alto Nível em nossos países ofereçam suas visões sobre os benefícios e desvantagens ou situação da ALADI e as possibilidades de modificação ou não, esse é o motivo da reflexão e que para muitas Representações, para algumas, é um tema prévio, não quero dizer que se detenham as Resoluções que já estão; espero que os Grupos de Trabalho trabalhem, que elas sejam implementadas.

Penso que não devemos misturar, o que está para ser implementado, já aprovado pela Reunião de Ministros, deve que ser implementado, nós não temos autoridade para congelar o que os Ministros de nossos países aprovaram, mas vendo como o Comitê implementa essas medidas temos também o outro tema específico da Conferência de Avaliação e Convergência; que as comissões trabalhem quanto antes, mas temos que ver o alcance dessa Conferência, é a quarta ou quinta vez que proponho que tem que ser em vários momentos, e esse primeiro momento da Conferência é da reflexão, se a maioria das Representações, se oito, como pensamos, se há um acordo que no primeiro momento seja a reflexão, mas estou me referindo à Conferência de Avaliação e Convergência e depois, em determinado momento, porque pode ser antes que tenha um espaço de trabalho de nossas Representações, de nossos países, dos Representantes das Embaixadas, da ALADI para que trabalhem essas linhas gerais, que apresentem na reflexão o que foi enviado pro nossos países e que, em um último momento, quando já houver acordos, venham as autoridades para aprovar.

Se não for uma sequência, a Conferência será um tiro no ar. Se a fizermos de um ou dois dias, ou uma semana, porque não haverá tempo para elaborar, negociar e que haja acordo, dependemos, portanto, que a Conferência seja um processo e que aqui entre todos vejamos como é esse processo e não que seja uma só data, nem em um dia, nem em dois, nem nos dias que forem. Se houve temas que custaram anos ou meses para ficarmos de acordo, tudo isso não será resolvido em uma semana.

Queremos deixar isso claro, nós damos imensa importância à reflexão, não estamos satisfeitos com a maneira pela qual a ALADI funciona, não acreditamos que seja uma

organização perfeita, porque seria divina, e acreditamos que deve ser aperfeiçoada, melhorada, tanto em sua ideia central do Tratado de Montevideu 1980, e havendo aceitação nos países, teria que haver como consequência uma repercussão na própria estrutura da ALADI e em seu funcionamento e, em última instância ou paralela a esta última parte, são as medidas que forem tomadas. Não podemos ser concretos, somos concretos quando as ideias já estão claras, mas não quando não há ideias, porque caímos em um empirismo, mas também não queremos cair na teorização, temos que combinar esses dois elementos do espírito humano para que as ações funcionem melhor.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. Muito interessantes suas palavras. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Para começar pelo assunto do procedimento, realmente não é um mandado que isto passe a ser analisado no Grupo de Alternos, mas sim tínhamos o mandado da reunião do Comitê anterior para que neste espaço de Chefes de Representação se determinasse qual era o curso do tratamento da Conferência de Avaliação e Convergência, ou seja, dedicamos ao redor de 4 horas nisto e que fosse a Alternos é fruto desse espaço de tempo prolongado que os Chefes de Representação dedicaram, isso por um lado.

Esta informação fornecida pela Representação da Argentina parece muito completa, está em um processo inicial e depois, claro, o Comitê avaliará os resultados sistematicamente, isso na parte metodológica.

Essencialmente consideramos que a Conferência de Avaliação e Convergência não é um ato único, é um processo, portanto o Comitê não tem que apresentar um trabalho acabado para que seja finalizado, mesmo que seja somente uma reunião em que os países façam ato de presença e aprovelem o que os técnicos levam. Isto é diferente, isto é precisamente um processo, falou-se, nessa primeira reunião, de tempos e são prolongados neste processo, falou-se de um ano embora não se tenha estabelecido na intervenção feita pela Argentina, mas se falou de um tempo e é um processo que os funcionários que vierem também apresentarão, ideias serão elaboradas e se verá, porque há outra coisa, penso que não podemos restringir a Resolução que aprovamos somente a acesso a mercado, é um documento com uma perspectiva muito mais ampla que inclui um ponto 1, que é um espaço de reflexão para saber em que momento estamos, o que essa integração nos deu, uma reflexão profunda à qual damos importância.

Os Grupos de Trabalho, claro, continuam funcionando, nossos Alternos traçaram um cronograma para reunirem-se todas as segundas-feiras, ou seja, parece-nos, no caso de nossa Representação, que o trabalho está organizado com vista a esse processo que se constitui com a contribuição de insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência, nessa primeira sessão, como parte do início deste processo, mas não pretendemos que haja um produto acabado para que seja aprovado, porque não é um ato único. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Argentina. Presidente, chama-nos a atenção que a estas alturas possamos mencionar que as encomendas referentes à Resolução 70 (XV) se reduzam somente ao tema de acesso, é uma primeira reflexão.

Para nós, definitivamente, as encomendas referentes à Conferência estão claras, muito claras, em duas Resoluções e, nesse sentido, também não acreditamos que seja conveniente homologar a Resolução 71 (XV) ao tema da Dimensão Social, penso que está claramente definido nas encomendas do Conselho de Ministros que neste momento há um mandado referente à dimensão social na Resolução 69 (XV) e que não podemos a esta altura converter o social em um espaço onde se misturam os demais temas que transcendam o comercial, penso que seria um erro conceitual, sobretudo para as tarefas que se iniciam no trabalho da ALADI, porque, se nos damos conta, na Resolução 71 (XV) há temas que são transversais e que também incorporam assuntos bem específicos que estão mencionados aí e que se vinculam com os outros Grupos que não são, digamos, a proposta recente para terminar esta sessão com a criação do Grupo sobre a Dimensão Social.

Por isso os países e as Representações devem ter clareza neste sentido, porque também estas duas Resoluções têm uma história recente que as Representações não esquecem, razões que são as motivações pelas quais estamos no momento da convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência. Também entendemos que foi um mandado do Comitê gerar o espaço dos Chefes para fazer a discussão para organizar os temas e as encomendas do Conselho de Ministros, e nós não estamos em condições, tampouco acreditamos que seja saudável que na preparação da Conferência nos antecipemos a gerar trabalhos que entendemos que são parte do mandado da tarefa da Conferência.

Nós, como Representação, não temos nenhuma instrução referente a que nos Grupos de Trabalho vinculados a alguns temas, porque o Artigo primeiro da Resolução 70 (XV) não tem nenhum Grupo de Trabalho, o processo de reflexão é o processo de reflexão, não há nenhum Grupo dedicado a isso, nem tematicamente, e não podemos descompor a convocatória da Conferência em um pedaço para ser analisado pelo Grupo de Acesso, em um pedaço para outro Grupo, porque entendemos que a Conferência é um processo integral, que inclusive discutimos no Comitê, deve ser um processo que tem um ponto inicial nas datas que estão sendo propostas para a discussão dos países e que a encomendas, que entendemos que foram geradas em Chefes, e que aspiramos que sejam ratificadas neste Comitê, é que os Alternos, com uma visão um pouco mais integral do trabalho de todos os Grupos, prepare esse primeiro momento da Conferência; não que nós a substituamos, adiantar discussões nos Grupos do que pode ser a discussão da Conferência, porque se não vamos reeditar velhas discussões que tínhamos superadas, e que estamos dando um espaço, estamos apostando que durante a Conferência haverá um espaço com os Plenipotenciários dos países, que se decidam para gerar as condições para que possamos caminhar juntos neste processo de integração, mas com uma visão clara do caminho que nós, os doze países que agora constituem a ALADI, queremos.

Entendemos, até agora, que deve manter-se a preparação da Conferência em um espaço que integre a visão dos trabalhos preparatórios da Conferência, assumimos que Alternos é uma boa instância, se decidirem pelo Comitê, bom, serão os Embaixadores que vão decidir isso, mas acreditamos que a alternativa de desmembrar a visão integral da Conferência nos Grupos temáticos que levam conteúdos referentes à Conferência não é saudável, porque os mandados das duas encomendas para nós estão muito claros, essa é nossa primeira intervenção em relação à proposta da Delegação do Brasil.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Venezuela. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Penso que chegamos a um ponto importante de nossas discussões, e quanto mais claro pudermos definir como vamos seguir nossos trabalhos, melhor para nós mesmos e para a ALADI.

Se não chegarmos a um entendimento de como vamos seguir e cumprir os mandados dos Ministros, será difícil ter uma Conferência, realmente trazer os Altos Funcionários aqui e dizer-lhes venham, e não termos perspectivas de resultados, eu realmente prefiro deixar a Conferência para outra oportunidade, Presidente, verdadeiramente prefiro.

Há um mandado, estou de acordo com o ponto do Equador e de Cuba quanto à manifestação de que há duas metas. O objetivo da reflexão e o objetivo dos resultados concretos. Inclusive, entendo, não gosto muito dessa palavra reflexão, já disse isso aqui, porque penso que a reflexão não cabe aos Altos Funcionários na Conferência, caberia aos Ministros.

Os Ministros vieram aqui há um ano e meio, fizeram uma reflexão e decidiram, naquela oportunidade, introduzir a questão da Dimensão Social nos trabalhos da ALADI, aí sim, totalmente legítimo. Não cabe a nós aqui fazer reflexão e não caberá aos Altos Funcionários fazer uma reflexão filosófica sobre como vamos -palavras ditas aqui- mudar a ideia central da ALADI, como vamos criar novos objetivos, como vamos ter possibilidades de modificação do Tratado de Montevidéu 1980, isso não cabe aos Altos Funcionários, isso não é tarefa dos Plenipotenciários, não é para isso. Sim, a Conferência de Avaliação e Convergência pode fazer uma avaliação, isso sim, não uma reflexão, uma avaliação dos trabalhos de integração, por isso o título, Conferência de Avaliação e Convergência, isso está inclusive entre os mandados: a avaliação. Agora não estou aqui para formular novas políticas de integração, penso que não cabe a nós, cabe a nossos países.

Outro dia eu estava olhando que no Conselho de Chanceleres da UNASUL, na Reunião da UNASUL, criou-se um Conselho de Desenvolvimento Social. Nós aqui na ALADI vamos falar e formular políticas de como fazer, como transformar a integração, o Tratado de Montevidéu em uma Dimensão Social? Penso que temos que cumprir os mandados, temos um mandado de insumos na dimensão social, temos que preparar a Conferência para isso, temos que preparar nossos Altos Funcionários para implementar, para ter resultados agora na próxima Conferência sobre a questão dos insumos, não estou dizendo que toda a Conferência tratará acesso aos mercados, mas tampouco posso aceitar a ideia de que o tema central, ou o tema medular, como disse nosso colega do Equador, seja a reflexão. Podemos fazer, sim, uma avaliação da integração, mas temos que cumprir as outras duas Resoluções, a Resolução sobre Acesso a Mercado de Bens e a Resolução de Insumos, e há coisas muito concretas para cumprir.

Na Resolução, por exemplo, de Acesso a Mercado, há um mandado de apresentar propostas e lineamentos para o Comitê de Representantes sobre um programa para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio, sei que há muita gente que não gosta da palavra livre comércio, pode-se falar de outra coisa, mas que, sim, há um mandado para apresentar propostas e lineamentos, e isso tem que ser incluído segundo os mandados dos Ministros, as diferentes etapas, metas e prazos para a implementação de todos os componentes e matérias complementares previstas na Resolução 59 (XIII). Isso não é concreto? Será feita uma reflexão sobre isso? Devemos começar pelo concreto, depois diz: para a conformação de um mercado regional de bens devemos analisar e propor modalidades para o aproveitamento e a convergência dos mecanismos de integração regional, isso também é resultado concreto. Então temos que trabalhar nisso.

Talvez uma ideia, poderia ser feita uma avaliação, prefiro avaliação a reflexão, sei que no próprio projeto da Resolução 70 (XV) se fala de reflexão, se vamos fazer uma reflexão, que seja feita durante a Conferência em uma manhã ou algo assim, nós podemos inclusive aqui no Comitê preparar essa reflexão, podemos discutir, fazer um debate sobre a avaliação da integração, não sobre mudar o Tratado de Montevidéu, não sobre criar novos objetivos para a ALADI, não sobre criar novas prioridades para a ALADI, nem mudar a ideia central da ALADI, não estou pronto para isso, não posso, não estou preparado e não tenho instruções para isso, mas, sim, pode-se fazer uma avaliação da integração e mais, fariamos aqui no Comitê mesmo. Mas nos Grupos de Trabalho deveríamos ir ao específico, entrar nos detalhes técnicos de como vamos apresentar propostas e lineamentos para o programa de conformação progressiva do espaço de livre comércio, e como vamos analisar e propor modalidades para o aproveitamento e convergência dos mecanismos de integração regional.

Há também outro mandado de uma proposta de uma data para alcançar o mercado regional de bens na Associação, temos que discutir tudo isso, se deixarmos tudo para ser discutido por nossos Altos Funcionários, não vão chegar a nenhuma conclusão, porque nas capitais não estão preocupados com isto. Temos que preparar isso para eles, podemos fazer também a reflexão ou avaliação da integração no Comitê, mas nos Grupos técnicos temos que começar a trabalhar com as coisas técnicas, do contrário não vamos chegar a resultados.

Um último ponto, Presidente, a Conferência não é um processo, se deixarmos que a Conferência se reúna durante dois anos, três anos ou um ano, várias vezes, nossos Altos Funcionários, primeiro, não terão tempo para voltar aqui a cada três meses ou a cada seis meses e, segundo, não vão ter resultados na ALADI.

Se fizermos uma reflexão na primeira Conferência, na segunda, analisarmos as possibilidades, na terceira chegarmos a resultados, não vamos finalizar nunca, e o que a ALADI precisar não é mudar a ALADI, não é mudar as prioridades e os objetivos da ALADI, mas precisa de resultados, Presidente, e os mandados dos Ministros nos dão espaço para chegar a eles e temos que trabalhar sobre resultados, inclusive fazendo uma avaliação da integração. Podemos fazer isso aqui no Comitê e preparar alguma Declaração ou Comunicado dos Altos Funcionários ou algo assim, em termos de avaliação da integração, nisso sim estou de acordo, inclusive está no próprio mandado dos Ministros, encomendar à Conferência um espaço de reflexão.

Temos que dar uma oportunidade para que haja uma avaliação da integração sim, mas temos também, com muito afinho, que preparar os resultados concretos da Conferência de Avaliação e Convergência segundo os mandados que os Ministros nos deram, em termos de dimensão social e em termos de diretrizes para acesso a mercados. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador do Brasil. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez Pinaya). Muito obrigado, Presidente. Se me permite, este é um tema que viemos analisando já há um tempo, inclusive trabalhando na gênese do que foi inicialmente o acordo inicialmente no Grupo de Alternos, quando, em um primeira instância, falava-se de convocar para a Conferência, então nós, senhor Presidente, reiteramos a posição da Bolívia, mas não sem antes apresentar um elemento de exortação que vai depender muito da capacidade, da flexibilidade, mas finalmente da capacidade que tivermos aqui como membros do Comitê para poder, digamos, trabalhar abarcando visões talvez um tanto diferentes. Penso que se não há predisposição para ter

flexibilidade no caso, então voltam as posições estanques, e não penso que isso seja o melhor.

A posição da Bolívia, senhor Presidente, sempre foi a de olhar para a convocatória de uma Conferência como um espaço para a reflexão profunda do processo de integração regional, assim manifestamos no outro dia na Reunião de Representantes Alternos, inclusive nós solicitamos que a Secretaria elaborasse um documento para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, baseado nas competências que o Tratado de Montevideu confere à Conferência, a letra d) do Artigo 33, “Estabelece avaliar os resultados do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e adotar medidas para sua aplicação mais efetiva”, mas este conceito também se ratifica na Resolução 71 (XV) e especialmente na 70 (XV), senhor Presidente.

Então, o que pedimos à Secretaria é a elaboração de um documento prudente, bem elaborado, que mostre o grau de aproveitamento que os PMDERs tiveram, neste caso especificamente a Bolívia, dos mecanismos previstos no Tratado de Montevideu 1980, de que maneira se aproveitou, demos a flexibilidade de escolher um período para analisar, embora nós optássemos pelo período da própria existência do processo a partir de 80 pelo menos, do aproveitamento das preferências no âmbito da lista de abertura de mercados, no âmbito da Preferência Tarifária Regional e também abarcando todo o processo que foi de cooperação no âmbito do Capítulo III do Tratado de Montevideu, do Sistema de Apoio.

Queremos um documento que mostre a totalidade, que reflita como passamos desde o momento de início de assinatura do Tratado às épocas atuais, qual foi o aproveitamento e obviamente alguma apresentação de propostas para dizer: bem, cumpriu-se com um acesso efetivo, com um acesso real, foram aplicadas ou não restrições não tarifárias, paratarifárias ao comércio dos PMDERs, especialmente levando em conta o tamanho dos mercados que possam absolver alguns países, o tamanho das exportações dos PMDERs e algumas cifras em relação à cooperação da região aos nossos países.

Então, isso demonstra, senhor Presidente, que queremos refletir sobre isso, ou seja, como o Tratado de Montevideu 1980 nos ajudou a melhorar nossa participação neste processo de integração regional.

Não queremos dizer, Presidente, que deixemos de lado todos os outros temas, somos conscientes que a Resolução 70 (XV) tem um segundo Artigo que encomenda continuar os trabalhos nos quais se denomina aqui o acesso a mercados, mas definitivamente priorizamos o tratamento do que se denomina a avaliação do processo de integração regional e, para isso, deveríamos trabalhar em um formato a acordar, não está nada claro, não acordamos como vai se constituir institucionalmente a discussão destes temas no âmbito da Conferência.

Nós o víamos como um processo, volto a repetir, inclusive chegamos a propor, como fez em seu momento a Representação do Equador, uma primeira etapa onde possamos ter uma jornada de reflexão com outros organismos de integração, com outras entidades acadêmicas que conheçam nosso processo, mas que possam ver o desenvolvimento de nossa ALADI desde fora, que possam refrescar e melhorar nossa capacidade de visão do processo e depois, em uma segunda instância, entrar na fase técnica, isso não quer dizer que em dois dias esgotemos nossa agenda.

Portanto, isto faz pensar que o processo de preparação desta reunião é fundamental, um pouco a documentação da preparação da própria agenda. A agenda basicamente está

nas duas Resoluções 70 (XV) e 71 (XV), mas poderiam ficar alguns elementos para discutir. Basicamente essa é a primeira reação da Bolívia, senhor Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado pelas palavras, Representação da Bolívia. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Para a Representação do Peru, a leitura das duas Resoluções reflete claramente a intencionalidade do Conselho de Ministros. A reflexão inicial que estabelece o Artigo primeiro está encaminhada a ser justamente uma exposição de visões dos distintos países-membros, com vistas a dar cumprimento ao Segundo artigo da Resolução, as propostas para fortalecer o Espaço de Livre Comércio. A elaboração de um programa, proposta e lineamentos para a elaboração de um programa.

Então, não é que a reflexão não tenha nenhum fim, sim, tem um fim que é o Artigo segundo. O Artigo segundo assinalar a necessidade de ser realizada uma avaliação de como foi feito, dos trabalhos que foram organizados, se os mesmos estão cumprindo seu fim ou não, e fortalecê-los, ver como podem ser fortalecidos.

Nesse âmbito, obviamente, a organização e os países-membros têm o dever de dar aos Plenipotenciários da Conferência os insumos e tudo o que eles necessitarem. O proposto pelo Brasil é acertado no sentido de que podemos acelerar isto através dos Grupos de Trabalho, sem perder a perspectiva que este exercício de reflexão não pode ser um exercício ilimitado, não é esse o sentido que teve nem o espírito que o mandado do Conselho de Ministros teve, seu mandado é uma reflexão inicial, nada mais, é uma reflexão inicial para receber pontos de vista sobre o que os Plenipotenciários dos países-membros consideraram em que estamos basicamente.

Agora, neste âmbito, o regulamento é importantíssimo, entrar em uma Conferência sem limitar os temas, sem limitar os prazos, as perspectivas ou os critérios, fariamos algum exercício que poderia levar a qualquer coisa, o que constitui um risco para os fins que se perseguem com a Conferência de Avaliação e Convergência, portanto, nós sim estamos a favor de que este fórum possa estabelecer critérios, pautas, com o fim de que a Conferência se desenvolva de uma maneira ordenada e em um prazo prudente alcança os resultados que todos nós estamos esperando. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado pelas palavras, Representação do Peru. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Muito obrigado, quero oferecer uma reflexão um pouco equidistante dos dois polos que vimos.

Nos vinte e tantos meses que estou Representando meu país aqui, todos nós sentimos frustração pelo lento avanço do Espaço de Livre Comércio. Geralmente, alguns de nossos países têm diferenças em relação ao âmbito de aplicabilidade; a questão do âmbito nos levou a discussões, a colchetes e, sobretudo, à vagarosidade do processo de integração. Então, o âmbito de aplicabilidade do Espaço de Livre Comércio é um tema capital para a Conferência de Avaliação e Convergência.

O tema social é um tema que surgiu com força, sobretudo por muitos países irmãos. Ninguém objetou sua conveniência, nem a necessidade de incorporá-lo com mais força. Então penso que o tema social não é um tema adjetivo, não é um adorno, é um tema central nos tempos que nossa América Latina recorre.

Temos, por um lado, a necessidade de entender ou compreender mais a fundo o âmbito da construção do Espaço de Livre Comércio e, por outro lado, ver como se inclui a Dimensão Social com mais clareza, com mais pertinência, com mais força ao mandado. Nesse sentido, eu também acredito que a Conferência não é uma Conferência a mais, penso que é de enorme importância e que é correto e justo que os Ministros que vierem não venham com uma camisa de força, têm toda a liberdade de opinar, sim, de pensar, sim de refletir, sim, é um tema de capital importância, como é a integração da América Latina.

Dora Rodríguez mostrou-me que o Artigo 33 do Tratado de Montevideu 1980 dá muitos poderes à Conferência e dá o poder de revisar a fundo o processo. Há um processo que não está avançando ao ritmo, à velocidade ou que não está tocando toda a temática que queremos. Portanto, a Conferência é muito importante. O México lhe dá uma enorme importância e deseja que os Ministros não cheguem com a camisa de força ou algo demasiado pronto.

Nós pensamos que, para que isso aconteça, a figura do retiro é muito importante; isto é, uma tarde em algum lugar, pode ser aqui mesmo em Montevideu, diferentemente de outras capitais é um lugar agradável, plácido e permite espaço para reflexão profunda, sim, reflexão, sim, sentar-nos olhando-nos e dizendo “assim vejo, assim penso, como vê? como pensa?” Porque, do contrário, vamos ter o “parto de los montes”, muito bem, vamos ter Resoluções e vamos continuar fazendo coisinhas menores e menores.

Proponho, já que há uma grande bonança financeira, que sejam pedidos documentos de consultores de altíssimo nível que sirvam para nutrir este processo de ver *quo vadis* ALADI, Bernardo Kliksberg, por exemplo, Nora Lustig, Rolando Cordera e os senhores saberão outros 20 nomes mais. Sem quotas de nacionalidade, por favor! Para mim importa que saibam, que sejam pessoas que estejam à frente da ALADI.

Dito isto, coincido com o Peru de que tem que haver um regulamento e que temos que ter mecanismos para ajudar o Corpo, porque tampouco é um exercício universitário que, por outro lado, pode deleitar, mas requeremos pôr isto no papel, talvez a solução seja que a Conferência tenha dois eventos. Um evento inicial onde se apresentem os grandes temas e o outro, logo depois de um tempo prudente não muito longo, por certo, não há tantas ideias novas a organizar. Então, sim, deve estar no regulamento o âmbito do Espaço de Livre Comércio, o âmbito iniludível deste caso do Tratado de Montevideu 1980.

Se quiséssemos mudar o TM80, seria possível, porém não é o mandado, mas é possível modificar tudo no caminho da integração. O espaço da Conferência não é para modificar o TM80, talvez para recomendar.

Então, nós adotamos esta posição um pouco intermediária, porque pensamos muito firmemente que a discussão sobre o âmbito de aplicabilidade da construção do Espaço de Livre Comércio é uma discussão que não devemos postergar e oxalá nos permita estar de acordo e avançar e pensamos também que o tema social não é adjetivo, é central ao que estamos discutindo.

Penso que necessitamos uma Conferência de muito cuidado, de muita profundidade, devemos reunir-nos com muitas ideias, muitas propostas que nos permitam ver realmente, e poder dizer “aqui houve um antes e um depois”.

Então, espero que levem em consideração o que o México propõe. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador, muito interessante suas palavras para que sejam analisadas. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Obrigado, Representação da Argentina, por permitir-me expressar antes que ele, mas gostaria de esclarecer uma questão.

Penso que todos os países aos quais representamos têm o direito de expressar seus critérios, o importante é que esses critérios tenham a aceitação da maioria. Penso que um país, por mais poderoso que seja, não pode mudar o mandato, e neste caso existe um mandato que o primeiro ponto da Conferência seja a reflexão, e deste tema entendo bastante.

A avaliação, qualquer avaliação institucional, médica, da agricultura, do que seja, é um momento incompleto de um processo muito mais rico que é a reflexão, e uma avaliação incompleta se não há recomendações, se não há recomendações médicas, é limitar e felizmente não aprovamos isso, que seja avaliar. Seria algo incompleto se houvesse uma avaliação sem que se dissesse o que se avaliou, e mais ainda uma reflexão, que é muito mais rica e que convida a vários caminhos: um, estamos bem como estamos, devemos continuar; outro caminho que diga “devemos mudar tudo”; outro caminho é modificar algo que se acredita incompleto, que é um obstáculo, e essa modificação tem que ser em vista de enriquecimento, de melhoramento, de ir além.

Penso que há uma série de países que não está satisfeita com a maneira em que a ALADI funciona, e não queremos acabar com a ALADI, queremos que a ALADI seja melhor. Há países que pensam, e creio ser o caso do Brasil, que a ALADI funciona perfeitamente e querem que continue funcionando como está, porém alguns países não querem isso, Embaixador do Brasil, acreditamos que a ALADI deve ser melhorada, mas esta não é uma vontade individual, pois se a maioria dos países pensar assim, se dois terços coincidirem em uma posição, será possível seguir essa posição, qualquer que for. Pareceria, pela manifestação do Brasil, que não há nada para fazer, e tem todo o direito de expressar isso, no entanto a outra questão também é a vontade dos outros países sobre o tema, e vale a pena esclarecer isso, como fizeram o Embaixador do México e o Representante do Peru.

A Conferência de Avaliação e Convergência não tem o mandato de mudar, mas sim de pensar, não podemos proibir-nos de pensar, e esse pensar convida ou tem como consequências recomendações em qualquer sentido, e o mais valioso que a América Latina tem neste momento é que está pensando –somente depois de 200 anos- como nos recomendava Simón Rodríguez, se não criamos e não pensamos, erramos; se copiamos, se memorizamos, se nos negamos a pensar, estamos derrotados.

A primeira derrota é quando aceitamos algo negativo, quando a derrota é no pensamento, ela é pior que todas as armas, e acredito que não podemos, não devemos negar-nos a pensar. Mais do que nunca, o pensar é uma necessidade histórica e, possivelmente, o mais importante que a ALADI fez nestes 10 anos ou 30 anos seja a Conferência de Avaliação e Convergência, não como um espaço de reflexão rápida para alguns países nos quais a ALADI funciona, que não se pense e que se continue implementando da mesma forma; para outros, o pensar sobre o que se faz, ver os desequilíbrios nas relações comerciais, como os países mais poderosos às vezes humilham e causam vergonha no tratamento, então temos direito de dar-nos conta através do comércio desigual de nossos países e ver em que medida a ALADI serviu ou deve servir para outros fins.

Nessa Conferência de Avaliação e Convergência, cada país tem o pleno direito de ver se faz a avaliação ou, como muito bem apresentado pela Representação do Peru, a reflexão para implementar o Espaço de Livre Comércio, assim o Peru pensa e assim podem pensar outros países que têm o pleno direito de ver para que caminho vai sua reflexão. Outra questão é que temos que seguir, penso, o exemplo da Europa, enquanto isso a ALADI não avançará, embora haja interesse nacionais no comercial, tem que chegar o momento em que os interesses supranacionais superem os interesses pequenos de nossos países, enquanto não se dê esse salto, a ALADI continuará sendo um organismo regional secundário sem peso, como tão somente um instrumento comercial que não é suficiente e não leva em conta a equidade, o comércio justo.

Então, neste momento, os países que estão aqui não podem mudar a expressão de reflexão, se um país não quer refletir, não vem, isso é um problema dele, se um país envia uma pessoa de quinta categoria, é o problema de cada país, os que tiverem necessidade de pensamento enviarão pensadores, pensadores dos Ministérios, pensadores das Relações Exteriores, pensadores das academias, os pensadores que tenham também alto voo para a necessidade de mudança da integração da América Latina, não estamos satisfeitos, e felizmente todos os organismos de integração da América Latina não estão satisfeitos, e outros novos estão buscando novos caminhos, como a UNASUL e outros.

Para mim, é uma ofensa que nos neguemos a pensar neste momento, quando o mais importante é pensar. O poder do Japão na qualidade total e as ideias de Deming, o poder de que nasceram, em fazer que todo o mundo pense e que ninguém esteja excluído de pensar no momento que for, temos que expressar isso com muita clareza. Qualquer país pode fazer uso desse tempo e ninguém pode proibir.

Está bem que haja insumos práticos, concretos que desenhem ou desnudem as relações entre nossos países no comercial, e é uma necessidade falar concretamente, aí sim, qual foi o papel da ALADI, mas não pode haver uma camisa de força para nenhum representante de nossos países, nem os documentos da ALADI, nem os documentos dos Grupos de Trabalho, nem o Comitê, queremos deixar isso muito claro e não é o momento de mudar o que diz expressamente “reflexão” e mesmo se dissesse avaliação, quem pode tirar a opção de que um representante de nossos países avalie? E por sua vez recomende algo para que sejam tomadas decisões, mas acredito que passaram aqueles tempos em que medimos os países por seu tamanho, por sua extensão, por sua povoação, temos que medi-lo como Granada, como Cuba, como outros países, temos que medi-lo pela dignidade que representam à espécie humana e não por políticas destruidoras, aniquiladoras e que não favoreçam a humanização da espécie.

Então, temos que falar com clareza e não vamos deixar de fazê-lo em um jogo diplomático do passado de que mais estamos pelo posto, pelo lugar, que pelo futuro rumo de nossos países, o que para nós é fundamental. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. Acredito que suas palavras nos dão uma maior análise e reflexão. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Brevemente, primeiro, do ponto de vista da Argentina, não se toca no Tratado de Montevideu 1980, digo isso porque foi feita uma série de manifestações de que o Tratado de 80 é imodificável no dia hoje. De agora a dois, três ou cinco anos nossos governos dirão mas hoje não está em questionamento o Tratado de Montevideu 80, primeiro ponto.

Segundo ponto, penso que estamos fazendo uma discussão dialética sobre temas que são perfeitamente compatíveis e coincido com o Embaixador do México, nada impede que os Grupos vão trabalhando para tratar de arrimar propostas, proposições, etc., sobre as tarefas concretas que estão na Resolução 70 (XV) no ponto 2. Tampouco nada impede que, de forma paralela, seja feito o exercício de reflexão. O exercício de reflexão, assinalamos reiteradamente, obedece ao fato de que está claro que nesta Associação, como em toda a região hoje, convergem visões distintas.

Então, deve-se ver como conjugamos estas visões distintas para que os objetivos do Tratado de 80 possam efetivamente ser implementados quanto antes, pela simples razão que a situação internacional exige urgências. Também digo isto porque uma forma de frear as coisas é atar-se a uma reflexão eterna.

A América Latina há 200 anos está em reflexão, deveríamos chegar à era da ação mais que da reflexão e com isto, Presidente, encerro, dizendo a incorporação do social à ALADI não é para que a ALADI se converta no âmbito do tratamento social dos problemas da região, para isso há um monte de outras estruturas. O que foi pedido à ALADI, do ponto de vista social, é que em suas tarefas incorpore a dimensão social, não que nós falemos da dimensão social da região. Como exemplo, o Conselho Assessor Trabalhista pediu que fosse feito um estudo sobre os efeitos que tem o emprego nos Tratados de Livre Comércio, essa é uma amostra muito clara da incorporação da dimensão social nos aspectos de trabalho da ALADI, e tudo é perfeitamente compatível, não temos que fazer disto nenhuma discussão meteórica, porque não exige, já vínhamos tendo há dois anos essa discussão, todos os pontos que foram tratados aqui foram longamente tratados durante dois anos, vamos reiniciar esta discussão outra vez? Para nos bloquear outra vez com diferentes argumentos. Na verdade, estamos reiterando a discussão que temos há dois anos e ignorar isto é não querer ver a realidade.

Presidente, o ponto número um concluiu que o Tratado de Montevideu de 80 não se toca. Número dois, a tarefa da ALADI com a dimensão social é incorporar a dimensão social a nossa tarefa. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador da Argentina. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Muito obrigado, senhor Presidente, e muito obrigado, senhor Representante da Argentina, poupou-nos bastantes palavras. Para o Chile, também não está em questão o Tratado de Montevideu 1980, hoje em dia temos duas Resoluções que foram processos de negociação, não entremos agora a interpretá-las, implementemo-las, pensar é indispensável, mas a ação é mais útil.

Seguimos pensando, pensando, a primeira encomenda feita à Conferência obviamente fala de continuar avançando e aprofundando o processo de integração, por lógica necessitamos uma avaliação, daí veremos, penso que antes de debater quem virá à Conferência, o Embaixador do México, sonhando talvez, mencionou os Ministros, nem ao Conselho de Ministros vêm, eu adoraria de viessem, esperaríamos que fosse assim, mas sejamos realistas, hoje em dia a ALADI, em relação com os outros fóruns que há na região, é o único fórum que não tem Cúpula Presidencial, e isso já nos dá um status, sem qualificá-lo.

Penso que isso pode nos levar ao realismo. Primeiro, quem virá à Conferência, porque também não está definido, são Plenipotenciários, que é isso? Um Chefe de Departamento, um Vice-Ministro, um Ministro, sejamos realistas, se aqui o que temos que tentar fazer,

como dizia o Embaixador da Argentina, é chegar aos objetivos que temos definidos e aceitos por todos, quanto antes, pelo bem de nossos povos, não é outra coisa, refletir sobre o mandado político, isso deve ser feito todas as semanas ou a cada 15 dias por este Comitê. É o que tem o respaldo político para tudo, muitos dos que virão à Conferência serão técnicos, quem vem será uma decisão de cada país, daremos a eles capacidade, eles farão propostas, e os Ministros serão os que tomarão a última decisão. O Conselho de Ministros decide se há alterações ou não nesta Associação.

Implementemos as três encomendas muito claras, pelo menos trabalhemos em duas e a outra que abra este espaço de reflexão, sim, temos que ter uma avaliação, sobretudo, como propõe o Embaixador da Argentina, no que diz respeito ao impacto no emprego, que é vital.

No nosso caso, o impacto sobre o crescimento. Na economia chilena, o comércio cresce o dobro do que o PIB e, graças a isso, temos uma política social que nos permitiu alcançar hoje os melhores indicadores da região, o nível de pobreza, o índice de desenvolvimento humano, isso aconteceu por algo; misturou-se pensamento com ação, não se pode ficar refletindo eternamente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Chile. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Concordando com a Representação da Argentina, penso que o tema foi categórico. O Artigo primeiro da Resolução 70 (XV) fala desta reflexão inicial, mas não está encaminhada a questionar o Tratado, e nem que surjam aí situações que modifiquem o Tratado. O TM80 não está no âmbito de competência da Conferência, mesmo tendo em vista que, sim, pretende melhorar o Tratado, em relação a situações operacionais e objetivos que tem em relação à Resolução 59 (XIII).

Agora a preocupação do Peru, senhor Presidente, e serei transparente neste tema, é realmente fazer algo efetivo desta reflexão inicial, obviamente limitada em prazos e coisas. Fazer um exercício efetivo em curto prazo, que permita fazer algo que realmente nos encaminhe, que possa ser um fórum ou um seio de convergência entre nós, porque o pior que poderia ocorrer é reproduzir nesta Conferência o que nós experimentamos neste seio, ou seja, a polarização das visões. Se reproduzirmos essa polarização de visões na Conferência, será um fracasso.

Então penso que todas as Representações têm que fazer esforço com vistas a fazer um exercício efetivo dessa reflexão inicial. Obviamente, não se pode converter, para a Representação do Peru, em uma “cartola de mágico” ou uma Caixa de Pandora que possa surgir coisas que realmente estejam contra o exercício e os objetivos que buscamos dessa Conferência, então o convite da Representação Peruana está justamente em trabalhar com vistas a fazer desta reflexão inicial algo efetivo para os trabalhos que vêm posteriormente, pautas e recomendações que auxiliem no fortalecimento e melhoria de todos os mecanismos que temos já estabelecidos. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Peru. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Tanto a Representação do México quanto a da Argentina poupam-me tempo de uma parte da intervenção que pensava em fazer.

Para nós, o mandado está muito claro, o Artigo Primeiro da Resolução 70 (XV) estabelece uma reflexão, e isso é o que temos que fazer. Faço essa intervenção, senhor Presidente, por dois motivos: o primeiro, porque há visões distintas sobre como seguir no processo de integração, e isso é uma coisa que temos que resolver. Temos que resolver como essas visões podem se conjugar e continuar avançando na construção deste processo.

E a segunda reflexão é pelo tempo que o Tratado de Montevideu leva vigente sem que isso signifique que *a priori* tenhamos que modificar o Tratado de Montevideu, ou seja, há 30 anos que este Tratado está vigente, é hora que nos sentemos para ver como vamos trabalhar em função desse Tratado que, para nós, é um acordo-quadro no qual podem caber todas as inquietudes. E aqui quero somar-me também ao que dizia o Embaixador do México, um retiro, e que alguém de fora veja como estamos jogando esta partida.

Penso que tanto a visão externa como a visão interna em uma reflexão de para onde vamos no processo pode ser útil; a Conferência pode fazer esse processo de reflexão interna, porque além disso tem o mandado do Artigo 33, isto é, a Conferência está habilitada para examinar o funcionamento do processo e isso é o que tem que fazer, examinar o processo, tomar as visões diferentes que temos e ver como avançamos.

Também quero assinalar que, para minha Representação, a Conferência é um processo, não vamos esgotar o tratamento destes temas em uma sessão, não seria sério nem conducente que em um ou dois dias de reuniões tentemos solucionar 30 anos de coisas que não pudemos solucionar.

Do ponto de vista do Paraguai, a ALADI em 30 anos lhe serviu muito pouco, nem como programa de apoio aos países de menor desenvolvimento, nem com o comércio que teve com seus sócios neste âmbito, então, para nós, é fundamental ter uma instância de reflexão sobre o andamento deste processo e para onde vamos.

O tema social é fundamental para nós, não podemos estar fora do que o continente está priorizando hoje em dia, e um dos temas que prioriza é o social, e se o comércio não vai ao social e se a economia não vai ao social, isto não serve para nada, ou seja, teria que fechar as portas. Para nós, senhor Presidente, a reflexão é fundamental para seguir avançando neste tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador do Paraguai, penso que suas palavras são muito interessantes e dignas de discussão. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, penso que devemos nos parabenizar, porque não escutei ninguém dizendo que estava contra um processo de reflexão sobre a situação da ALADI e por onde deveríamos encaminhar, incorporar as atividades da ALADI. Fazer um processo de reflexão e incorporar uma área que a América Latina está gritando que faz falta incorporar, para que realmente, pela primeira vez, como está acontecendo em diferentes países da América Latina, os setores populares se incorporem com algum papel ativo e com uma voz muito forte aos processos de desenvolvimento econômico e social de seus países e com certa quota de participação do poder, coisa que nunca teve até agora, com exceções esporádicas e muito truncadas, experiências.

Para o Uruguai, como apresentava o Embaixador do Paraguai, o Tratado de Montevideu 1980 tem a suficiente amplitude para contemplar todas as inquietudes

manifestadas nestas conversas que estamos tendo. Nesse sentido, o Uruguai entende que a Conferência de Avaliação e Convergência, no âmbito do Tratado, tal qual está, não deve neste momento voltar-se a uma modificação do Tratado.

Há dois temas manifestados pelos distintos Embaixadores, há realmente dois temas que devemos encarar com força e com valentia. Por um lado, incorporar a dimensão social nas tarefas da ALADI e, por outro, o aprofundamento da integração regional e a consolidação do Espaço de Livre Comércio. E eu penso que estão conectados porque grande parte das reclamações sobre o mau funcionamento da ALADI tem relação com os problemas da, para o desenvolvimento econômico e social, incorporação de vastos setores de nossas sociedades ao processo, ver de que maneira o comércio entre nós e o aprofundamento da integração não cumpriu até agora os papéis que lhes havíamos designado no desenvolvimento econômico e social de nossos países.

Nesse sentido, penso que a incorporação da dimensão social vai tocar na questão sobre de que maneira podemos propender a uma maior igualdade e de que maneira temos que ver as condições dos comércios entre nós para a consecução desse fim. Penso que há uma dicotomia presente que realmente não vejo ser real, não vejo que seja antagônica, mas há a sensação de que o livre comércio é o oposto a desenvolvimento econômico e social equitativo em nossos países. Penso que isso não acontece e vou tentar explicar por quê.

Em primeiro lugar, tivemos ultimamente um Relatório da Secretaria que fala do aproveitamento das preferências, que é um tema que está sendo apresentado aqui que deveria ser encomendado que fosse feito pela Secretaria, penso que a Secretaria já o fez. Fez um trabalho realmente excelente que mostra que o aproveitamento das preferências é muito baixo e quanto menores são os países, menor é o aproveitamento das preferências. A solução para isso é a integração produtiva, e acredito que a liberalização do comércio entre nós mostrou realmente vantagens e aspectos positivos. Os acordos antigos, os acordos mais velhos, os acordos que já chegaram à liberalização total do comércio estão mostrando um aproveitamento de preferências muito melhor. Penso que por isso é urgente que nós aprofundemos a liberalização comercial entre nós porque em longo prazo é um dos mecanismos que vai nos assegurar uma maior diversificação do comércio e um maior aproveitamento das vantagens que nos damos mutuamente.

Por outro lado, penso que o que se avançou na liberalização do comércio permitiu ou provocou um enorme aumento dos investimentos intrarregionais entre nós e, ao provocar esse aumento nos investimentos intrarregionais, está influenciando diretamente na diversificação produtiva de nossos países, em todos os países, e penso que é um elemento que não deve ser deixado de lado.

Nesse sentido, permito-me contar um fato recente. O Uruguai, faz duas semanas ou uma semana e meia, teve uma reunião com seus Embaixadores, Chancelaria, Ministério de Economia, Ministério de Turismo, Ministério da Pecuária e Agricultura, Ministério da Indústria, com todos os Embaixadores do Uruguai nos principais países parceiros comerciais e uma das conclusões a que se chegou é a necessidade imperiosa de aprofundar no seio da ALADI todos os acordos bilaterais possíveis. Acelerar os processos de liberalização do comércio que fosse possível e consolidar, nos que faltam, relações de comércio bilaterais entre nós o mais profundamente possível, porque estamos vendo que esse é o melhor comércio que o Uruguai tem, o mais dinâmico, o mais diversificado, o de maior valor agregado.

Então, nesse sentido, penso que a realidade está nos mostrando que a integração comercial entre nós é algo benéfico que temos que propender a realizar, obviamente é possível incorporar a isso uma quantidade de inquietudes de um mau funcionamento e das vantagens que ainda não puderam ser aproveitadas por alguns países e também de que maneira a dimensão social não foi contemplada; e das reflexões que fizemos e da consideração da dimensão social certamente vamos poder sustentar melhor de que maneira podemos ir constituindo e aprofundando nosso Espaço de Livre Comércio para chegar a esses limites.

Finalmente, gostaria somente de destacar que devemos fazer uma agenda concreta, o mais concreta possível, para a Conferência de Avaliação e Convergência, porque do contrário deixamos aberto a uma reflexão que pode não levar a nenhum fim, não sei se temos que concretizar isso em uma agenda ou no regulamento, mas me parece que não devemos deixar totalmente aberta a agenda que a Conferência de Avaliação e Convergência deva tratar porque corremos o risco de não poder cumprir com outras encomendas que é dar diretrizes concretas para as atividades futuras da Associação, encomenda que vem diretamente das últimas Resoluções do Conselho de Ministros e da Resolução 59 (XIII). Isso era tudo, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Uruguai. A Representação Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Depois dessa longa troca de ideias e opiniões, o tempo termina e gostaria de fazer algumas consultas concretas.

Primeiro, devemos continuar no Grupo de Alternos com vistas essencialmente a elaborar o Regulamento, coincido com o Equador que o conveniente é que este Regulamento seja somente para esta reunião, desta maneira evitamos estar prevenindo situações hipotéticas do futuro e enredar-nos em uma discussão jurídica. Coincido também com o Uruguai que seria útil uma agenda, isto não significa que não haja possibilidade de falar de qualquer outro tema, a agenda é uma orientação, ninguém pode estabelecer um limite aos Presidentes e, no entanto, há uma agenda quando se encontram os Presidentes, então, não ter uma agenda significa favorecer a desordem, não favorecer a liberdade de pensamento.

Também coincido com o Brasil de que se deve impulsionar coisas que podem ir sendo realizadas, entendo que há duas tarefas. A Reunião de Alternos pode seguir trabalhando o que é a implementação do ponto primeiro da Resolução, e a respeito do segundo ponto, que é o tema de acesso aos mercados e normas e disciplinas, que os respectivos Grupos de Trabalho também vão preparando os insumos que considerarem úteis que possam ser elevados à Conferência de Avaliação e Convergência. Obviamente, o Comitê tem que selecionar toda esta tarefa em algum momento, o Comitê é o que tem que depurar, o Comitê quem diz isto sim não vai, isto irá etc., mas é necessário dar continuidade à tarefa e ao trabalho; por isso eu felicito que os Alternos tenham estabelecido a segunda-feira à tarde como um dia de reunião, mas me parece, francamente, que teria que acrescentar um dia mais de trabalho, ou seja, reunir-se duas vezes por semana para tratar este tema para poder ter a preparação quanto antes. Estas são as ideias que gostaria de sugerir para sermos práticos, senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador, alguém mais? Bem, temos que demonstrar a grande importância ...

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão, Presidente, somente para ver se entendi bem a sugestão da Argentina. A elaboração do Regulamento estaria em mãos dos Alternos e a preparação do cumprimento pela Conferência das duas Resoluções, uma sobre acesso a mercados em bens, a outra sobre insumos para a dimensão social, seria trabalhada pelos respectivos Grupos de Trabalho.

PRESIDENTE. A Argentina tiene la palabra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, tenho dúvidas sobre como vamos encarar o tema da dimensão social, pode ser tratado no Grupo ou pode ser tratado por Alternos, o que não tenho dúvidas é em relação ao tema de acesso a mercados e normas e disciplinas, pois os Grupos vêm trabalhando há tempo, bem, isso é questão de conversar.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Nós poderíamos aceitar que, em uma reunião do Comitê, poderiam ser elementos gerais. Não estaríamos em condições de assumir, teríamos que discutir um pouco mais se se pretende que a última intervenção da Argentina sejam as pautas para o trabalho dos Alternos.

Em que sentido? Primeiro, para nós a agenda da Conferência de Avaliação e Convergência está nas Resoluções, foi ampla e longamente discutida.

Segundo, o trabalho dos Grupos está se desenvolvendo hoje em função dos mandados do Conselho de Ministros. O Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas está trabalhando no que os Ministros mandataram, que foi atualizar, ou seja, chamar a negociações, preparar as negociações para atualizar as normas. O Grupo de Trabalho de Acesso aos Mercados está trabalhando hoje na preparação dos insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência. O Grupo de Trabalho não deve tomar decisões, mas devem trabalhar na elaboração dos documentos que podem servir para a Conferência de Avaliação e Convergência para debater e eventualmente tomar algum rumo ou dar alguns lineamentos em função do acesso aos mercados de bens.

Essas são as linhas que nós temos. Portanto, diferem em algum sentido da organização que a Representação da Argentina propõe para a Reunião de Alternos. No nosso ponto de vista, a Reunião de Alternos deve trabalhar na elaboração dos insumos gerais para a Conferência de Avaliação e Convergência, sim concordamos no tema do Regulamento, de fato a Conferência aprova seu próprio Regulamento e podemos trabalhar ao elaborar um protótipo para que ela depois o aprove, mas estaríamos trabalhando na preparação desses insumos que a Conferência vai usar para seu trabalho, tanto para a reflexão quanto para a análise da possibilidade de tomar determinadas ações em função do acesso aos mercados. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Para nós é importante dizer que entendemos que os Grupos têm uma dinâmica que foi mandatada e reiterada pelo Comitê de tomar ações o mais rápido possível para cumprir, sobretudo aquelas que têm tempos definidos nas Resoluções, no caso de Normas e Disciplinas é assim e no caso da Dimensão Social, a propósito da reunião de Ministros é assim também, foram tomando

cada um dos elementos encomendados algum orientação para continuar os trabalhos e penso que estiveram nisso.

O que me preocupa um pouco em definir qual a instância que vai organizar os insumos é que damos a maior importância a essa preparação justamente porque entendemos que a Conferência tem um valor preponderante, e os mandados que ela tem constroem um espaço para nós importante no sentido de ordenar os trabalhos futuros, entendendo que a Conferência não aprova nada, absolutamente nada, mas sim dá a capacidade de recomendar o que assim concluírem.

Então gostaríamos de reiterar que acreditamos que a Reunião de Alternos pode continuar o trabalho que iniciou na segunda-feira com algumas precisões, somando alguma das tarefas que estão sendo sugeridas aqui e adiantando que não estaríamos tampouco em condições de adiantar as encomendas que estão sendo especificamente mandatadas pela Conferência. Ou seja, a Representação da Venezuela não está em condições, agora, em nenhum dos Grupos de Trabalho, de iniciar as encomendas explicitamente assinaladas para a Conferência. Estamos com toda a disposição de contribuir desde a Reunião de Alternos ou dos diferentes Grupos a gerar os insumos, sugerir os documentos, relevar a informação embora presente aos que vierem a melhor quantidade de informação e disposição para que ali, no seio da Conferência, seja possível iniciar a análise das propostas e definições que estão nos três mandados, por dizê-lo de alguma maneira.

Então retomamos a ideia de ter um espaço que veja integralmente a Conferência, que para nós seria os Alternos, mas se há uma definição de que isso seja derivado para os Grupos de Trabalho, assumiremos com a melhor disposição de contribuir para que a Conferência tenha as melhores condições para seu desenvolvimento. Nesse sentido, entendemos a última precisão do Embaixador da Argentina, simplesmente agregando que as tarefas encomendadas ao social estão muito definidas e também têm algumas tarefas que estão definidas na própria Resolução do social, então simplesmente teria que haver uma visão mais integral de todo o conjunto da Conferência.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Venezuela. Para concluir, damos a palavra à Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Penso que o social tem seu âmbito, ou seja, aqui há um mandato para incorporar a dimensão social à ALADI e esse mandato se refere ao Comitê para criar um Grupo, à Secretaria para estabelecer em sua estrutura uma unidade e penso que não deveríamos incorporar isto no trabalho que os Alternos farão.

Para nós, os Alternos têm o mandato de preparar a Conferência de Avaliação e Convergência, a reflexão, têm que preparar e submeter a este Comitê os trabalhos que eles fizerem em preparação das duas Resoluções, tanto de Diretrizes como de Insumos, é bastante amplo o trabalho que estamos encomendando aos Alternos.

Os Grupos de Trabalho poderão eventualmente trazer insumos aos Alternos, mas também têm mandados, para origem, para salvaguardas, para solução de controvérsias, para países de menor desenvolvimento e o Grupo que provavelmente se forme agora sobre a Dimensão Social terá o mandato de preparar o Plano de Ação no Social, então penso que para nós os Alternos têm um mandato amplo que é a preparação da Conferência em função das duas Resoluções adotadas nesse sentido. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador do Paraguai. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão, Presidente, estou confuso. Estava escutando nossa colega da Venezuela, diz que não está preparada para iniciar as encomendas das Resoluções do Conselho.

Entendo que não é iniciar as encomendas, a questão é preparar a Conferência sobre a base dos mandados para que nossos Altos Funcionários -esperamos que sejam Altos Funcionários- possam durante a Conferência chegar a conclusões ou cumprir os mandados dos Ministros.

Outro ponto: preocupa-me dizer os Alternos vão gerar os insumos, não se deve gerar insumos, os insumos já estão aí, as diretrizes foram dadas pelos Ministros. Os insumos para a dimensão social também já foram definidos pelos Ministros. Temos dois Projetos de Resolução, um que fala das Diretrizes e outro que fala dos Insumos, então não acredito que os Alternos, ou quem quer que seja, tenham que gerar insumos, voto a acreditar, Presidente, que como primeira tarefa deveríamos pedir aos Grupos de Trabalhos específicos que começassem uma análise de como preparar a Conferência, como iniciar a preparação da Conferência em seus respectivos Grupos.

Se temos uma Resolução sobre o acesso aos mercados de bens, que seja no Grupo de Trabalho de Acesso aos Mercados de Bens, para que ter então, para que criar um Grupo sobre Dimensão Social se o Grupo de Dimensão Social não estará encarregado de começar a preparação do cumprimento dos Ministros, penso que tem que ser os Grupos que comecem aí, eles vão dar ao Comitê uma perspectiva de preparação para a Conferência. Volto a insistir nisso, penso que para chegar a ter resultados concretos, ações concretas, sem colocar de lado a questão da reflexão ou da avaliação, faremos isso, está no mandado também, podemos fazer isso no Comitê. No próprio Comitê preparar uma reflexão ou preparar algum espaço de avaliação da integração, comecemos pelo princípio, os Grupos que são específicos e correspondentes a cada um desses dois temas, o tema de acesso aos mercados e o tema da dimensão social, deveriam começar a trabalhar em seus próprios Grupos, essa é minha sugestão, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador do Brasil. Temos a resposta da Venezuela sobre o tema.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, talvez não tenha me explicado o suficiente, o que não estamos em condições é adiantar nos trabalhos preparatórios as encomendas específicas que estão assinaladas, nós não estamos em condições de começar a ver em nenhum Grupo nenhuma proposta de programa para a adoção da conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio, ou seja, o que quero dizer é que nós estamos na melhor disposição de preparar os insumos para que na Conferência, que é o mandado dado à Conferência, se analise como isso será, sejam definidas as pautas, como o Peru dizia, e defina no seio da Conferência como é que isso se constrói, como se trabalha, quais são as pautas, quais são os tempos, a isso me refiro.

Nós estamos na melhor disposição no espaço que o Comitê definir de gerar e acompanhar os insumos, isso que a Delegação do Brasil disse que os Grupos podem fazer, entendemos que pode ser feito em Alternos, no sentido de preparar os insumos, ou seja, sugerir à Secretaria alguns documentos, revisar alguns documentos genéricos que dão informação para “darle en bandeja de plata”, como dizemos na Venezuela, a informação

para que então os que vierem dos países possam construir os caminhos para cumprir a encomenda dada pelo Conselho de Ministros.

Por isso dizemos que tampouco acreditamos ser conveniente fazer no Comitê de Representantes a reflexão, não entendemos siso. É uma encomenda que se dá aos Representantes Plenipotenciários para que seja feita na Conferência porque está visto que este Comitê já na rodada de hoje deu conta disso, tivemos limitações reais para que essa reflexão chegue a um ponto final satisfatório para todos, a isso me refiro, não acreditamos que a reflexão possa concluir em uma Declaração para levar os plenipotenciários para que a assinem, que reflexão é essa? Dizemos que estamos na melhor condição de fazer, trabalhar com a Secretaria, com as demais Representações para ter um mapa de informação, documentos, a forma que for, para que a Conferência assuma as responsabilidades que o Conselho de Ministros lhe deu, a isso é o que me refiro, a isso é o que queria especificamente referir-nos.

Por isso também dizemos que para nós não é o mesmo a Resolução 69 (XV) referente à dimensão social, que a 70 (XV); são duas Resoluções que têm alcances diferentes e mandados diferentes neste momento, que estão totalmente explícitos, têm tarefas já encomendadas que podem se complementar, articular obviamente no trabalho que a Associação faz, mas que neste momento têm mandados que implicam a utilização de horas homem em cada uma dessas coisas.

Então nos perguntamos, como dizia o Embaixador do Paraguai, se não estaríamos também sobrecarregando um pouco a preparação da Conferência, que entendemos que tem certo peso de prioridade, e por isso dizíamos que, em relação aos Alternos, uma visão mais integral ajudava a agilizar e tornar mais leves os Grupos que também têm encomendas particulares, mas se decidem que isso vai aos Grupos, o que nós estamos dizendo é que nossas pautas como Representação ou o alcance de nosso trabalho preparatório não dará para substituir a encomenda específica aos Plenipotenciários porque não estamos aprovando, não estamos em condições disso, vamos trabalhar para sugerir temas que gerem as condições para que se dê a discussão.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Venezuela. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez Pinaya). Muito obrigado, Presidente. Aproveito para esclarecer a intervenção anterior da Bolívia, em nenhum momento significou no fato de que os resultados e os alcances das expectativas da Conferência. Nós sabemos bem que a Conferência não toma decisões, não modifica, portanto, tratados, mas sim propõe e apresenta soluções.

Então, há temas que são importantes que a Conferência possa empreender rapidamente, senhor Presidente, porque fazíamos relação a este tema, porque quando informávamos que a Bolívia solicitou a elaboração de um documento que possa evidenciar o aproveitamento por parte dos PMDERs no comércio, obviamente não estamos nos referindo a um documento que enfatize o tema quantitativo, assim podemos demonstrar que a Bolívia exporta 70% à ALADI se não em tema qualitativo também, que é o tema de profundidade dos temas do acesso real, dos temas de medidas não tarifárias, medidas paratarifárias, etc.

Finalmente, Presidente, nós entendemos também que os Grupos de Trabalho estão já desenvolvendo seus trabalhos com base nas Resoluções adotadas pelo Conselho e portanto, parece que esse trabalho deveria ficar neste âmbito, eles estão trabalhando, pelo

exemplo como alguém dizia, na atualização das normas de origem, na atualização das normas de salvaguardas, em solução de controvérsias, etc., têm um trabalho que realizar. Então, em relação à preparação do que pode ser a Conferência, permitimo-nos sugerir que possa ser também, não estritamente no âmbito dos Alternos, se não no dos Chefes de Representação, como uma alternativa para ter uma contribuição dos Embaixadores nos trabalhos e poder agilizar desta forma. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Bolívia. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Nós reiteramos que para a preparação da Conferência parece bem que seja em Alternos para dar-lhe essa visão integral e queríamos precisar nossa visão que em relação aos insumos que esta Reunião de Alternos deve preparar para a Conferência se trata da seleção dos documentos que devemos sugerir, porque não necessariamente quer dizer que sejam unicamente esses os que as Capitais usem para fazer a reflexão e também para tomar decisões em relação ao acesso aos mercados, em seu sentido mais amplo, como refletido no ponto 2.

Também gostaria de deixar patente a vontade da Representação de meu país em trabalhar; e a esperança que temos nesta Conferência, como o México e o Paraguai referiram anteriormente, colocamos muita fé de que encontremos um caminho comum para resolver todas as aspirações de cada um dos países. Agora também gostaríamos de precisar e especificar que chegou-se à ideia da Conferência de Avaliação e Convergência – e parece-nos que todas as Representações devem ter clareza neste ponto - pela impossibilidade de em 5 anos alcançar caminhos comuns em matéria especificamente de acesso a mercados, em matéria de normas que fazem parte da agenda habitual, tradicional da Associação, e acreditamos que a Conferência faz um esforço mais, é a utilização de um instrumento a mais da ALADI para tentar atingir esse caminho comum.

Obviamente, neste íterim, também fizemos um esforço para aprovar uma espécie de agenda peremptória da ALADI, e por isso temos as Resoluções que para muitos não significam muito, valha a redundância, mas que possibilitaram que a Associação daqui a que essa Conferência possa se manifestar e dar suas recomendações, possa manter ativo o exercício de união em cada uma das matérias que fazem parte de sua agenda, por isso nós gostaríamos de replicar, mas tinha necessidade de deixar presente que para nós, primeiro a Conferência não é somente a reflexão, embora a reflexão seja o mais importante neste ponto da história da ALADI, mas também encontrar os caminhos comuns porque, se não, do que nos vale a reflexão, se não vamos encontrar um caminho comum para seguir? Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). A Bolívia se adiantou um pouco quando diz “os Grupos estão trabalhando, o que não se deve parar são os Grupos de Trabalho”, mas não acredito que o Relatório ou o trabalho dos Grupos seja uma condição para que funcione a Conferência, os Grupos podem e devem nutrir o trabalho para os Alternos, nos elementos que requeiram para a organização, que deve estar em mãos dos Alternos e não dos Grupos de Trabalho, isso entendi algo diferente do Brasil, em que ampliemos em todo caso, descendamos a direção da organização, penso que é suficiente responsabilidade que os Alternos tenham para manejar o assunto e que se nutre dos Grupos de Trabalho e dos trabalhos da Secretaria, do contrário ficaríamos pendentes ou dependentes dos Grupos de Trabalho, quando é um insumo.

Mas já temos, como muito bem disse o Embaixador do Brasil, insumos e diretrizes aprovadas, estes são elementos complementares, estatísticos, questões técnicas que aportam e que ajudam a implementar as medidas aqui na ALADI, e também que deem luzes concretas e específicas para aqueles que vierem à Conferência de Avaliação e Convergência, mas não acredito que os Grupos de Trabalho tenham responsabilidade da coordenação, da preparação, eles somente entregam insumos aos Alternos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Equador. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Somente para agradecer meu colega, Embaixador do Equador, pelo esclarecimento, agora sim entendi o que os Alternos poderiam fazer, ou seja, preparar os antecedentes, os dados que sirvam de base para os trabalhos da Conferência, isso entendi. Eu havia imaginado, pareceu-me talvez mais produtivo que poderíamos desde já preparar propostas para que os Altos Funcionários pudessem tomar decisões sobre a base de nossas propostas, é claro que os Altos Funcionários não virão aqui na Conferência para fazer algo diferente do que nós fazemos, afinal, nós fazemos o que eles querem, esses mesmos Altos Funcionários, penso que seria mais produtivo.

Mas se é para preparar dados, antecedentes para a Conferência, então deixamos isso, entendi finalmente qual seria o objetivo da Reunião de Alternos.

Em relação à questão do Regulamento mencionado por alguém, a própria Conferência tem que adotá-lo, tem que aprovar seu próprio Regulamento. Gostaria de perguntar, Presidente, o que é o Regulamento da Conferência, o que determina e o que estabelece a Conferência com relação a seu Regulamento, falou-se aqui, duas Representações falaram do Regulamento, que inclusive os Alternos poderiam começar a trabalhar sobre o mesmo, e gostaria de perguntar o que é, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). O Regulamento tem que ser a materialização escrita que regula o funcionamento, antes temos que estar de acordo de como deve funcionar e isso tem que expressar os momentos de toda a Conferência, não de uma só reunião e também os tempos das intervenções em cada um dos momentos, assim penso, porque do contrário haveria um desequilíbrio, não se saberia nem quando termina nem haveria os tempos da participação.

Penso que previamente tem que haver um consenso no Regulamento como organização do funcionamento da Conferência, antes que esta aconteça, se não existe esse regulamento, pode haver anarquia no pior sentido, desordem mais do que anarquia, então o Regulamento vai regular na medida do possível seu funcionamento.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Equador. Tem a palavra a Delegação do Brasil novamente.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Somente uma vez mais para agradecer o esclarecimento dado por meu colega do Equador. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. Penso que terminamos a rodada, isto nos leva a entender a tremenda importância da Conferência de Avaliação e Convergência, e isto nos leva à reflexão.

A situação mundial econômico-financeiro mudou, e parece que mais, novos paradigmas têm que sair para dar resposta a este modelo que parece que morre ou pelo menos enfraquece, e nascerão novas ideias sobre novas correntes econômicas. O modelo é indenfensável, e será necessário escutar os novos gurus que lemos todos os dias, como Stiglitz, no meu ponto de vista, Chomsky, Petras, e, talvez, inclusive, Eduardo Galeano, quais serão as alternativas para este novo porvir econômico. Perguntaremos qual é nossa participação no mercado, quanto evoluímos em 50 anos, os 570 milhões de habitantes da ALADI, quantos participam no mercado mundial, quantos cresceram nos 50 anos ou somente nos 10 anos, nos 10 últimos anos. Quanto cresceram em matérias-primas e quanto em produtos terminados, quanta é nossa participação no mercado mundial em produtos elaborados, porque isso nos dará também uma ideia de qual será o caminho que temos que modificar, não acredito que nenhuma norma será imodificável.

É indubitável que se olharmos muito atrás, corremos o risco de transformarmos em estátuas de sal, mas, se não conhecermos a história também, não conheceremos o futuro e também não poderemos construir sobre o futuro.

O que estamos fazendo para nossa participação no mercado mundial? Talvez estas duas correntes entre os países PMDERs e os países de maior desenvolvimento, também relativo em termos mundiais, não seja tão diferente, talvez haja uma concepção de que um e outro não poderiam andar nunca. As diferenças das assimetrias não somente são internacionais mas também são datadas, como disse o Embaixador do Paraguai, o Embaixador do Equador e minha Representação, também há assimetrias na ALADI. Quanto corrigimos dessas assimetrias, somente nos 10 anos para não fazê-la muito difícil? Com tempos de crise, o sistema financeiro não funciona, o sistema bancário também não, não somente nos países de primeiro mundo, mas também em nossos países, os *spread* de diferença entre as taxas passivas e as taxas ativas não permitem desenvolvimento, em gerar comércio entre moedas, já estamos tentando corrigir isso porque na verdade não sei que valor as moedas terão, talvez um pedaço de papel de jornal terá mais valor do que estamos fazendo a troca, e teremos que ver, penso que a América Latina já tem pés, pernas compridas para caminhar por si mesma e gerar ideias como o que vimos dos intercâmbios em moedas recíprocas.

Teremos que ver em nossa avaliação, qual é a evolução do comércio mundial, para onde vai a China, continuará crescendo? Os Estados Unidos continuarão diminuindo sua participação, de 17 a 13% de participação? Isso é catastrófico, enquanto é o dono da moeda. Penso que se continuarmos com a exportação de matérias-primas não haverá um grande futuro para nós, e a única maneira de que possamos ser competitivos em produtos elaborados é através dos 570 milhões de habitantes que a ALADI tem e que permitam aos países PMDERs, diminuir as assimetrias e fazer transferências de capitais e de tecnologias embora sejam menores para nossos países. Muito obrigado.

Teríamos que definir no ponto 6 da Ordem do Dia as datas de trabalho. Havíamos apresentado 28 e 29 de setembro e 1º e 2 de outubro. Devemos acordar as datas. O Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, senhor Presidente. Somente para dizer que nós estamos em condições de acompanhar qualquer uma das duas datas propostas.

PRESIDENTE. Obrigado, a Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhor Presidente. Em realidade, nós teríamos um problema em qualquer uma das datas porque são na mesma semana. Então, gostaríamos de ver a possibilidade de considerar uma data alternativa, porque, não temos confirmado, mas haverá uma reunião muito importante no México, justamente nessa semana, então não teríamos possibilidade para nenhuma das duas datas que praticamente é somente uma, então submetemos à consideração do Comitê a possibilidade de encontrar uma alternativa a essa semana. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigada, senhor Presidente. Já havia informado a data de 28 e 29 de setembro, com a qual não teríamos inconveniente, mas frente à nova data apresentada pela Representação do México, penso que teríamos que voltar a consultar todos outra vez porque entendo que já não seria essa semana, tendo em vista que o México não poderia assistir, seria outra data que deve ser proposta outra vez. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Colômbia. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, nós submetemos de maneira informal esta data, esperando a confirmação nesta reunião do Comitê, portanto o que faríamos a partir de hoje seria ratificar a consulta como formal, então, levando em consideração a solicitação do México, estaríamos à espera de outra data, mas entendemos que antes de 28 para nós é complicado, estabelecer uma data na semana anterior à semana de 28 de setembro, portanto sugeriríamos fazê-la uma semana depois, entre 4 e 5 de outubro. Obrigada.

PRESIDENTE. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Quero propor que estabeleçamos uma nova data, porque todos havíamos trabalhado com base na data que coordenamos na Reunião de Chefes. A proposta do México faz com que estabeleçamos outra data, que deve ser decidida hoje, porque já não temos mais tempo a perder. Não tenho inconveniente em que cerca da semana depois de 5 de outubro, poderia ser 7 e 8, ou nessa semana entre 7 e 9, estou propondo qualquer data, não tenho nenhuma instrução, obviamente, o que quero é que não vamos embora sem uma data a propor.

Pareceria, pelo gesto, que de 7 a 9 de outubro poderia ser uma data viável, Presidente. Se estamos todos de acordo, 6 e 7 me susurra a Delegação do Brasil.

PRESIDENTE. Obrigado. O Representante do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Em princípio, a Representação do Equador não tinha problema com nenhuma das datas, embora preferíssemos a primeira e, nestas circunstâncias, como muito bem manifestado pelo Embaixador da Argentina, não temos instruções, mas coincido com ele de que devemos ter uma data, pelo menos entre nós, penso que nossos países têm que fazer um esforço maior e se comprometer mais com a integração, para mim é uma vergonha que nós adiemos datas como se houvesse uma só

pessoa em nossos países para enfrentar estes temas, em nossos países todos têm 10 pessoas de Alto Nível para enfrentar estes temas e devemos aprender um pouco a descentralizar. Penso que não devemos levar duas datas, por favor, levemos uma só data e com uma exortação de nossa parte a nossos países para que enviem alguém de acordo com a importância que lhe deem, mas o pior que podemos fazer é adiar mais, penso que não devemos ir além do que essa data proposta pela Argentina e que cada país veja quem vai enviar.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Sim, nós estamos de acordo com a data de referência proposta pela Argentina, mas insistimos, e concordou explicitamente o Paraguai, no retiro, tentar dar também um espaço de tempo, uma tarde para o retiro, e devo dizer também que a reunião aludida por Dora é uma reunião no México que envolve 5 países que estão aqui presentes, mas essa data também não está confirmada. Vamos trabalhar rapidamente para confirmá-la. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Estou pensando em voz alta, e gostaria de sugerir o seguinte: tenho certeza de que se propomos a data de 6 e 7 de outubro haverá países que vão dizer que não podem, que o dia 10, que o dia 11, porque desde as Capitais obviamente as coisas são vistas em função de uma série de necessidades.

Então, sugiro ao Comitê, assumindo o risco que isso implica, é que este Comitê decida que será 6 e 7 de outubro e cada país verá quem pode mandar, porque se continuarmos buscando coordenação de datas, o mais provável é que percamos os próximos 50 dias buscando uma data que seja conveniente para todos, isso já aconteceu em muitas oportunidades, não é a primeira vez que acontece, e a inda mais, já aconteceu que depois de marcada uma data, a 48 ou 72 horas, solicita-se nova modificação, e isso também explica parte da lentidão com a qual trabalhamos na ALADI.

Então, sugiro que assumamos a responsabilidade de estabelecer a data e que os Governos decidam quem podem mandar nas datas que propomos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Estão de acordo? 6 e 7 de outubro. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Peço que a data não seja marcada, pois no meu caso teria uma pessoa específica para vir e penso que se não vier e vier outra pessoa, será um prejuízo para nós mesmos, do Brasil.

O México disse que esta reunião de 28 e 29 pode não se realizar, não se confirme, então vamos ficar com esta proposta de 1º e 2º ou 6 e 7 como duas possibilidades, penso que temos que dar ao final de contas, se estabelecemos duas datas, pergutaram-me sobre qual mandado, deve-se consultar as Capitais, então sugiro que se deixe 1º e 2º de outubro ou 6 e 7.

PRESIDENTE. Suponho que estamos todos de acordo? O Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Quero recordar aos senhores Chefes que na última reunião os senhores acordaram que para marcar uma data bastaria que 8 países ficassem de acordo. Pergunto aos senhores se esse mesmo critério será adotado quando tiverem que decidir entre 6 e 7 ou 1 e 2, não sei como será na próxima reunião.

PRESIDENTE. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Na Reunião de Chefes de Representação, concordamos que como este problema podia acontecer, aquelas datas que tivessem a aceitação de 7 ou mais países era a data que seria consensuada, digo isto porque certamente sempre pode haver dificuldades desta natureza, estamos propondo duas datas e mesmo assim deveríamos informar nossas Capitais para que tenham conhecimento de que aquela data que tiver mais de 7 aprovações será a data que vai ser marcada, para que não tenhamos cada um de nós as pressões de 7 ou de 5. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, penso que não há necessidade de chegar a este ponto, primeiro foi uma conversação informal dos Chefes, não foi uma decisão do Comitê. Segundo, temos interesse aqui que todos estejam de acordo com as datas, foi sempre assim que o fizemos, nas reuniões do Conselho, nas reuniões do Comitê, sempre fizemos por consenso, não há razão de marcar uma reunião porque 7, 8 ou 9 querem, sempre o fizemos por consenso, sempre funcionou muito bem e agora realizamos 2 reuniões do Conselho sobre esta base em um ano e meio. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). A Representação do Equador considera, não desde este momento, mas sim há muito tempo, que um dos problemas da ALADI é esse, por buscar um consenso mal entendido que se converte em unanimidade. Um só país pode bloquear o resto, e penso que devemos passar a uma nova etapa: se houver 8 países, será aprovado.

Esse é um passado que devemos superar, do contrário estaremos ancorados a um interesse individual, válido de qualquer país que tenha a capacidade do veto, penso que neste caso vale aplicar o Regulamento, vamos pedir isso quando do pronunciamento dos países, se houver 8 em qualquer das posições, essa é a data que vamos pedir como moção que seja aprovada. O consenso aqui serviu para deter a ALADI, um consenso mal entendido.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. Queremos ler o Artigo 34 para que se deem cuenta em onde estamos.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Somente para recordar. O Artigo 34 do TM80, no terceiro parágrafo, quando fala da Conferência, diz: a Conferência sessionará e tomará decisões com a presença de todos os países-membros.

Deve-se levar em conta que tem uma característica similar ao Conselho, ou seja, se falta um só país, a Conferência pode não sessionar. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Alguma Representação quer fazer uso da palavra sobre o tema? Ficam definidas as datas 1º e 2 ou 6 e 7 de outubro, na próxima reunião definiremos isto.

Ficaria claro que a Reunião de Alternos continua trabalhando. A Representação Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, restam dois pontos para tratar: a apresentação sobre a Reestruturação da Secretaria-Geral e o relatório do Presidente Interino da Comissão de Orçamento por Programas e, finalmente, Assuntos diversos.

Havendo oposição de outras Representações, como temos alguns compromissos com pessoas que vieram do exterior, pediria para postergar o tratamento do ponto 7 e 8 para a próxima reunião, dado que ambos os temas vão levar tempo, mas obviamente estou ao que o Comitê dispuser.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Argentina. O Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Estou por unir-me à proposta do Embaixador argentino, mas quero esclarecer algo no que refere à apresentação da proposta de reestrutura: o que a Secretaria fez foi distribuir um documento para estudo, adiantando-se, não pretende de maneira nenhuma que neste momento o documento seja estudado, aqui seria simplesmente a apresentação formal do que os senhores já receberam, e os senhores têm todo o tempo do mundo para enviar suas considerações e nos sugerir inclusive quando querem voltar a tocar no tema, estamos preparados para isso.

Da mesma maneira, referimo-nos à preocupação manifestada pela Representação de Cuba quanto à reestruturação dos Grupos de Trabalho.

Presidente, gostaria de dois minutos antes de finalizar a reunião, em Assuntos diversos, para fazer uma declaração que deve ser feita hoje, pois o tempo corre.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Subsecretário.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Obrigado, Presidente. Há um tema importante, que é o Relatório do Grupo de Normas e Disciplinas, porque aí nesse Grupo se acordaram datas, que, de algum modo, têm que ser apresentadas no Comitê para um acordo no Comitê visando sua convocatória, então me parece que o Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas é importante também. Obrigado.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, se há esta necessidade, então quero sugerir que seja considerado o Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas e deixemos os outros pontos para tratar na próxima sessão com prescindência que depois o Secretário-Geral poderá fazer sua intervenção em assuntos diversos. Obrigado.

PRESIDENTE. Alguma observação? A Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. O tema é para falar antes de assuntos diversos e para solicitar uma precisão. Entendemos que a data do Conselho de Ministros de Áreas Sociais, o que fizemos foi ratificar a data acordada em

Chefes e deixá-la em consulta, ou seja, seriam as datas de julho que ficam sob consulta das Capitais em primeiro lugar.

Em segundo lugar, chamar a atenção sobre o Projeto de Resolução de criação do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social que foi distribuído, para que o avaliássemos, aprovássemos hoje, é uma pergunta à Presidência, o que acontece com esse documento? Obrigada.

PRESIDENTE. Podemos tratá-lo na próxima reunião, a não ser que os senhores queiram tratá-lo agora.

Para a próxima.

#### 9. Assuntos diversos

Ofereço a palavra ao Chile.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Então, como Coordenador do Grupo de Normas e Disciplinas, tenho o prazer de informar que nesse Grupo chegamos a um acordo por consenso e unanimidade, e estamos podendo implementar três das Resoluções do último Conselho de Ministros, a 65, 66 e 67 (XV), que tinham data peremptória de 29 de julho. Ontem já convocamos os Peritos Negociadores tanto em Origem, 6 e 7 de julho, Salvaguardas 13 e 14 de julho, e Solução de Controvérsias, 15 e 16 de julho. É isso, Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. Não havendo oposição... Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Uma precisão, Presidente. Em relação às negociações, caso haja alguma avaliação ou consideração contra, parece-nos que o Comitê deve se pronunciar em relação ao nível que terão estas negociações de Normas e Disciplinas.

Como sabemos, nós tivemos algumas divergências em relação ao nível da categoria dos funcionários que vêm às diferentes reuniões, mas entendemos que neste caso se trata de negociações que começarão por mandado do Conselho de Ministros. No entanto, fala-se de peritos governamentais que em algum momento, por parte de algumas Representações, tiveram alguma discrepância em dar-lhe um caráter de decisão a este nível de especialistas governamentais, e nos pareceria saudável que o Comitê decidisse que funcionários devem vir a estas negociações e que nível os mesmos devem ter. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente. Ao menos, para a Coordenação do Grupo, o perfil é muito claro e falamos isso na última reunião, no sentido de que são negociadores, de fato estamos iniciando o processo negociador, se alguém quer mandar um perito ou outro, verá se será em detrimento do interesse de seu próprio país. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Chile. A Representação Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Não tem sentido mandar um Representante que não tenha capacidade negociadora, ou seja, estamos em um processo de negociação, essa é a única forma de avançar, do contrário seguimos permanentemente em estado de análise, é hora de que executemos, logo as pessoas que vierem têm que ter a capacidade de decisão para poder negociar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador. Antes de terminar, penso que temos que definir se as datas informadas pela Representação do Chile e decididas no Grupo ficam confirmadas. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente. Tendo em vista o acordado no Grupo, no dia de hoje a Secretaria distribuiria a nota convocando para estas reuniões para poder ser de conhecimento de nossos países.

PRESIDENTE. Assim será feito. Continuamos em Assuntos diversos. O nosso Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Serei muito breve, quero informar formalmente ao Comitê, a todos os senhores, que no decorrer dos próximos dias me dirigirei aos Membros do Conselho de Ministros da ALADI, informando minha decisão de renunciar ao cargo de Secretário-Geral, fi-lo após consultas com o governo de meu país e gostaria de transmitir-lhes isso. Meu propósito é, e estou avisando com certa antecedência, fazê-lo no final de julho, então era somente isso, em sua oportunidade me referirei com maiores detalhes aos motivos e tudo o que tiver relação com este fato que hoje informo ao Comitê formalmente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Brevemente também. Com relação a este anúncio que acaba de ser feito pelo Secretário-Geral, quero adiantar o interesse do Governo do Paraguai de que um cidadão paraguaio possa concluir o mandato para o que foi eleito Secretário-Geral, Embaixador Saguier. No decorrer dos próximos dias meu Governo fará uma proposta aos Governos dos países-membros. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. Alguém mais gostaria de fazer algum comentário a esse respeito? A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Muito obrigado. Respeito profundamente as razões do Secretário-Geral, lamento de uma maneira muito sentida porque respeito amplamente sua trajetória, sua pessoa e seu desempenho. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante do México. Alguém mais quer unir-se? Todos nos unimos, sentimos muito, é uma grande perda para a Instituição.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Unimo-nos, com todos os outros países. Tendo em vista que o único que aparece é a Resolução 94 do Regulamento que faz referência a uma situação como essa, penso que inédita na Associação, gostaria de solicitar ao Departamento Jurídico que nos informasse quais são realmente os mecanismos para essa sucessão, porque fala de completar período, talvez

aqui haja muitas incertezas a respeito da legalidade para continuar com a vaga que o Secretário-Geral está abrindo. Obrigado.

PRESIDENTE. Alguém quer comentar algo a respeito ou tem uma resposta? O senhor Subsecretário terá que ler algo. A Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigada, Presidente. No mesmo sentido do Chile, e sem desmerecer a proposta do Paraguai, em relação à proposta de que seja um paraguaio quem completará o período pelo qual foi eleito o senhor Secretário-Geral. Juridicamente, gostaria que nos dissessem o mecanismo, porque se houver que fazer uma nova eleição com todos novos processos, com certeza entramos em um processo com as capitais, são propostas que estão saindo, o Embaixador já dizia que vão enviar aos Governos a solicitação, e são eles os que finalmente aprovam, mas, pelo menos, tenhamos, juridicamente, muito claro esse procedimento para tomar a melhor decisão de fazer a substituição de nosso querido Secretário-Geral. Obviamente todos sentimos a tristeza da mudança de Secretário, e devemos escolher novamente o melhor, seja do país que for dos que estão aqui ou seja pela solicitação do Paraguai, se for o caso. Obrigada.

PRESIDENTE. Bem, não havendo observações a respeito, penso que terminamos essa reunião, e a próxima seria 10 de junho. Muito obrigado.

Encerra-se a sessão.

---